

**BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879**

Banco PAN S.A.

Proposta da Administração

**Assembleia Geral Ordinária de
30 de abril de 2020**

BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

Prezados Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir a Proposta da Administração ("Proposta") do Banco PAN S.A. ("Banco PAN", "PAN" ou "Companhia") acerca das matérias constantes da ordem do dia da Assembleia Ordinária ("AGO") da Companhia a ser realizada no dia 30 de abril de 2020.

1. Comentários dos Diretores sobre a Companhia

Nos termos do artigo 9º, inciso III, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 481/09 e do Item 10 do formulário de referência, os comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia encontram-se dispostos no Anexo I a esta Proposta.

2. Destinação de lucro líquido da Companhia

O Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481/09 que trata da destinação do lucro líquido da Companhia, conforme previsto no artigo 9º, parágrafo único, inciso II da Instrução CVM nº 481/09 encontra-se disponível no Anexo II a esta Proposta.

3. Eleição de membros do Conselho Fiscal

Conforme disposto no artigo 10 da Instrução CVM nº 481/09, as informações referentes aos candidatos para ocupar os cargos de membros do Conselho Fiscal da Companhia encontram-se detalhadas no Anexo III a esta Proposta.

ANEXO I

Comentários dos Diretores sobre a Companhia, nos termos do Item 10 do Formulário de Referência da Instrução CVM 480/09.

10. Comentários dos diretores

10.1 – Os diretores devem comentar sobre

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9 do formulário de referência devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas auditadas do Banco PAN relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, e suas respectivas notas explicativas, disponíveis no website do Banco PAN (ri.bancopan.com.br) e no website da CVM (www.cvm.gov.br).

Por sermos uma instituição financeira, estamos sujeitos à regulamentação do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e do Banco Central do Brasil ("BACEN") para preparação de nossas demonstrações contábeis. Dessa forma, além de nossas demonstrações contábeis anuais elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), elaboramos demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN ("BACEN GAAP").

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas auditadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, bem como as informações deste item foram elaboradas de acordo com BACEN GAAP.

Os termos "AH" e "AV", nas colunas de determinadas tabelas no item 10 do formulário de referência, significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha nas demonstrações contábeis do Banco PAN ao longo de um período de tempo. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das operações do Banco PAN, ou em relação do ativo total/passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para a demonstração de seu balanço patrimonial.

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

O Banco PAN é uma sociedade anônima de capital aberto e está autorizado a operar como banco múltiplo. Desde 2011, o PAN é controlado conjuntamente pela Caixa Participações S.A. - CAIXAPAR ("CAIXAPAR"), subsidiária integral da Caixa Econômica Federal (em conjunto "conglomerado Caixa"), e pelo Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual"), através da assinatura do Acordo de Acionistas.

O PAN é um dos principais bancos médios do Brasil e atua com foco em pessoas físicas (classe C, D e E, além de servidores públicos, aposentados e pensionistas do INSS), ofertando crédito consignado (empréstimo e cartão de crédito), financiamento de veículos usados, financiamento de motos novas, cartão de crédito convencional e seguros. Além disso, o Banco PAN possui carteiras de crédito à empresas e empréstimos imobiliários que encontram-se em *run-off*.

Os benefícios dos serviços prestados entre as empresas do Conglomerado PAN e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, por essas empresas.

Destaques patrimoniais

Em dezembro de 2019, os ativos do Banco PAN totalizaram R\$ 32.798,1 milhões e o patrimônio líquido foi de R\$ 4.926,2 milhões (R\$ 27.230,4 milhões e R\$ 4.095,9 milhões em 31/12/2018, R\$ 25.834,3 milhões e R\$ 3.555,8 milhões em 31/12/2017).

Abaixo são apresentados os principais destaques patrimoniais do Banco PAN, carteira de crédito e fontes de captação de recursos, que foram elaborados gerencialmente.

Carteira de Crédito

A Carteira de Crédito sem fiança encerrou 2019 com saldo de R\$ 23.471,9 milhões, 15,7% maior do que o saldo de R\$ 20.278,6 milhões do exercício findo em 31/12/2018. A carteira core - composta pelas carteiras de crédito consignado, financiamento de veículos e cartões de crédito - apresentou crescimento de 20,2% no exercício de 2019 impulsionada pelo avanço das carteiras de Veículos e Consignado, que cresceram,

BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

respectivamente, 26,8% e 15,5% no período. Vale ressaltar a evolução do cartão de crédito em 31/12/2019, com um salto de 24,0% com relação ao ano de 2018. Já as carteiras de Crédito Corporativo e Imobiliário, ambas em *run-off*, apresentaram recuo de 40,1% e 38,1% em 12 meses, respectivamente.

Carteira de Crédito Retida por segmento de atuação:

Carteira de Crédito	31/12/2019	Part. %	31/12/2018	Part. %	Var. %
Consignado (Empr.+Cartões)	12.506,3	53,3%	10.824,2	53,4%	15,5%
Veículos	8.853,9	37,7%	6.979,9	34,4%	26,8%
Empresas	418,6	1,8%	699,4	3,4%	-40,1%
Cartões de Crédito	1.086,7	4,6%	876,7	4,3%	24,0%
Imobiliário	496,0	2,1%	801,6	4,0%	-38,1%
Outros	110,4	0,5%	96,8	0,5%	14,1%
Total	23.471,9	100,0%	20.278,6	100,0%	15,7%

Captação de Recursos

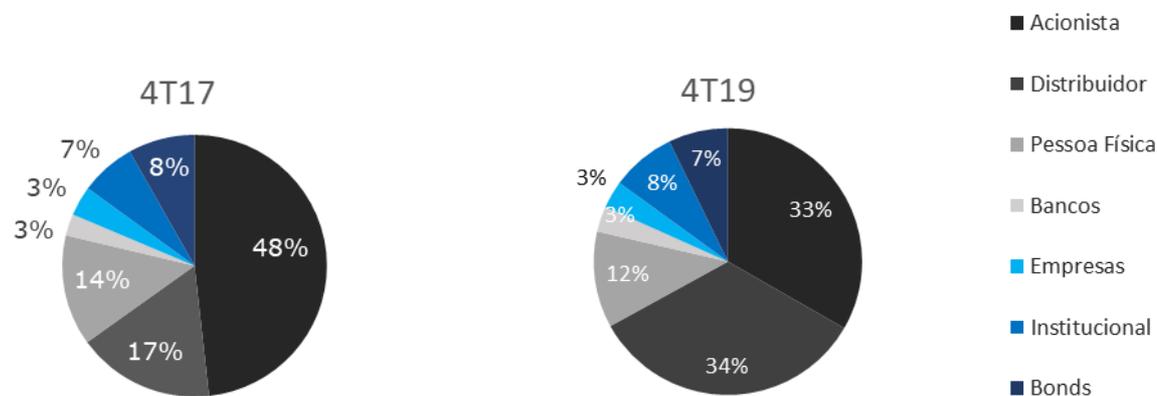
O saldo de recursos captados totalizou R\$ 23.715,1 milhões em 2019, com aumento da diversificação e alongamento do prazo. A composição atual do *funding* demonstra a forte dispersão da base de captação do Banco PAN, que apresentava a seguinte abertura em 31/12/2019:

Em R\$ milhões	31/12/2019	AV %	31/12/2018	AV %	AH	
					R\$	%
Depósitos à Vista	26,6	0,1%	17,3	0,1%	9,3	53,6%
Depósitos Interfinanceiros	8.365,9	35,3%	7.463,4	36,8%	902,5	12,1%
Depósitos a Prazo	11.367,5	47,9%	9.130,5	45,1%	2.237,0	24,5%
Letras Financeiras	1.532,1	6,5%	727,8	3,6%	804,3	110,5%
LCI e LCA	336,2	1,4%	522,2	2,6%	(186,0)	-35,6%
Letras Financeiras Subordinadas	8,5	-	187,6	0,9%	(179,1)	-95,5%
Dívidas Subordinadas no Exterior	1.876,9	7,9%	1.790,6	8,8%	86,3	4,8%
Cessão com retenção de riscos	201,5	0,8%	416,4	2,1%	(214,9)	-51,6%
TOTAL	23.715,1	100,0%	20.255,8	100,0%	3.459,3	17,1%

Na seção "d" deste item faremos uma breve análise sobre as fontes de captação mencionadas acima.

Observando um horizonte de 2 anos, é possível notar a significativa redução dos recursos captados com acionista, aumentando os volumes dos recursos com mercado, contribuindo para diversificação do *funding*.

Abertura por tipo de Investidor (%)



BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

Índice de Basileia

As instituições financeiras que operam no Brasil estão sujeitas a uma metodologia de medição e padrões de capital baseada em um índice ponderado de ativos por risco. Os parâmetros dessa metodologia são semelhantes aos parâmetros internacionais para medições de capital mínimo aprovado, segundo adotado pelo Acordo de Basileia.

O BACEN, através das Resoluções nº 4.192, de 01/03/2013, conforme alterada pela Resolução CVM nº 4.278 de 31/10/2013, instituiu a apuração do Patrimônio de Referência em bases consolidadas sobre o conglomerado financeiro, e através da Resolução nº 4.193, de 01/03/2013, instituiu a apuração do Patrimônio de Referência mínimo requerido para os ativos ponderados por risco (RWA), ambas com efeito a partir de outubro de 2013.

A tabela abaixo demonstra o Patrimônio de Referência do Banco PAN, bem como o cálculo do Índice de Basileia, para os períodos indicados.

Índice de Basileia	31/12/2019	31/12/2019 (Pró forma)	31/12/2018	31/12/2017
Patrimônio de Referência - R\$MM	2.507,50	3.081,50	2.631,90	2.416,20
Índice de Basileia	12,78%	15,61%	14,08%	13,32%

Em 31/12/2019, o Índice de Basileia do Banco PAN era 12,78%, apresentando uma redução de 1,30 p.p. no comparativo com 31/12/2018. Se considerarmos o montante captado na Oferta Primária, conforme definido a seguir, realizada pelo Banco PAN em setembro de 2019 e homologado pelo BACEN em janeiro de 2020, o Índice de Basileia seria de 15,61% em 31 de dezembro de 2019, integralmente composto por capital principal e apresentando um aumento de 1,53 p.p. no comparativo com 31/12/2018.

Em 31/12/2018, o Índice de Basileia do Banco PAN era 14,08%, apresentando um aumento de 0,76 p.p. no comparativo com 31/12/2017.

Em 31/12/2017, o Índice de Basileia do Banco PAN era 13,32%, apresentando um aumento de 0,09 p.p. no comparativo com 31/12/2016.

b. Estrutura de capital

Como ditto anteriormente, o Banco PAN é controlado conjuntamente pelo BTG Pactual e pela CAIXAPAR.

Em 08/03/2019, a acionista co-controladora CAIXAPAR notificou o exercício do direito de aquisição de 50% das ações subscritas e integralizadas pelo acionista co-controlador BTG Pactual no âmbito do aumento de capital aprovado pelo Conselho de Administração em 6/11/2017, no montante de R\$ 400.000.001,04, e homologado pelo BACEN em 18/04/2018 ("Exercício de Opção de Compra"). A liquidação da Opção de Compra, com a efetiva transferência das ações, foi concluída em 24/12/2019.

Adicionalmente, conforme divulgado em fatos relevantes publicados nos dias 09/09/2019 e 19/09/2019, o Banco PAN efetuou oferta pública primária de 63.250.000 novas ações preferenciais de sua emissão, já considerando o lote adicional ("Oferta Primária"), bem como oferta pública secundária de 63.250.000 ações preferenciais de emissão do Banco PAN e titularidade da CAIXAPAR, já considerando o lote adicional ("Oferta Secundária" e, em conjunto com a Oferta Primária, a "Oferta"). No dia 19/09/2019, o Conselho de Administração da Companhia e da CAIXAPAR aprovaram, no contexto da Oferta, o preço por ação de R\$ 8,25, resultando em um montante total da Oferta de R\$ 1.043.625.000,00, sendo R\$ 521.812.500,00 no âmbito da Oferta Primária e um conseqüente aumento do capital social do Banco PAN no mesmo montante.

O aumento de capital, decorrente da Oferta Primária, foi homologado pelo BACEN em 14/01/2020, de forma que o capital social do Banco PAN passa a ser de R\$ 4.175.222.121,46, representado por 1.205.056 mil ações, distribuído da seguinte forma (data base 25/03/2020):

Composição Acionária (em milhares de ações)						
Acionistas	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
BTG Pactual	334.131	50,8	153.781	28,1	487.911	40,5

BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

CAIXAPAR	323.430	49,2	89.600	16,4	413.030	34,3
Mercado	-	-	304.115	55,5	304.115	25,2
Total	657.561	100,0	547.495	100,0	1.205.056	100,0

Abaixo demonstra-se a representatividade do capital próprio e de terceiros frente ao total dos passivos da Companhia:

Em R\$ milhões	31/12/2019		31/12/2018		31/12/2017	
Patrimônio Líquido	4.926,2	15,3%	4.095,9	15,0%	3.555,8	13,8%
Capital de Terceiros	27.872,0	84,7%	23.134,5	85,0%	22.278,5	86,2%
Passivo Total	32.798,1	100,0%	27.230,4	100,0%	25.834,3	100,0%

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.

A estratégia do Banco PAN é manter uma posição de liquidez que permita o atendimento de suas obrigações financeiras presentes e futuras, efetuar pagamentos de outros passivos no vencimento, conceder empréstimos ou outras formas de crédito aos clientes e atender às próprias necessidade de capital de giro, além de aproveitar oportunidades comerciais. Os ativos líquidos consistem, principalmente, de aplicações interfinanceiras e títulos e valores mobiliários.

A administração do PAN entende que apresenta condições financeiras suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros de curto, médio e longo prazo.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas.

As tabelas a seguir apresentam as principais fontes de recursos do PAN consolidadas nos períodos abaixo:

Em R\$ milhões	31/12/2019	AV %	31/12/2018	AV %	AH	
					R\$	%
Depósitos à Vista	26,6	0,1%	17,3	0,1%	9,3	53,6%
Depósitos Interfinanceiros	8.365,9	35,3%	7.463,4	36,8%	902,5	12,1%
Depósitos a Prazo	11.367,5	47,9%	9.130,5	45,1%	2.237,0	24,5%
Letras Financeiras	1.532,1	6,5%	727,8	3,6%	804,3	110,5%
LCI (e LCA em 2018)	336,2	1,4%	522,2	2,6%	(186,0)	-35,6%
Dívidas Subordinadas no Exterior	1.876,9	7,9%	1.790,6	8,8%	86,3	4,8%
Letras Financeiras Subordinadas	8,5	-	187,6	0,9%	(179,1)	-95,5%
Cessão com retenção de riscos	201,5	0,8%	416,4	2,1%	(214,9)	-51,6%
TOTAL	23.715,1	100,0%	20.255,8	100,0%	3.459,3	17,1%

O saldo de recursos captados totalizou R\$ 23.715,1 milhões em 31/12/2019. A composição atual do *funding* demonstra a dispersão da base de captação do Banco PAN, que apresentava a seguinte abertura no encerramento do exercício de 2019: (i) R\$ 26,6 milhões em depósitos à vista, representando 0,1% do total das fontes de financiamento; (ii) R\$ 8.365,9 milhões em depósitos interfinanceiros, ou 35,3% do total; (iii) R\$ 11.367,5 milhões em depósitos à prazo, representando 47,9% do total; (iv) R\$ 1.532,1 milhões em Letras Financeiras, ou 6,5% do total; (v) letras de crédito imobiliário, com saldo de R\$ 336,2 milhões, ou 1,4% do total; (vi) R\$ 1.876,9 milhões referente a emissões de títulos no exterior, ou 7,9% do total; (vii) R\$ 8,5 milhões de letras financeiras subordinadas; e (viii) as cessões com retenção substancial dos riscos e benefícios possuíam saldo de R\$ 201,5 milhões, ou 0,8% do total das captações da instituição (para maiores detalhes sobre essa forma de captação, vide nota explicativa 3h de nossas Demonstrações Contábeis).

Em R\$ milhões	31/12/2018	AV %	31/12/2017	AV %	AH	
					R\$	%
Depósitos à Vista	17,3	0,1%	25,4	0,1%	(8,1)	-31,9%
Depósitos Interfinanceiros	7.463,4	36,8%	8.730,1	48,8%	(1.266,7)	-14,5%

BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

Depósitos a Prazo	9.130,5	45,1%	4.900,0	27,4%	4.230,5	86,3%
Letras Financeiras	727,8	3,6%	812,6	4,5%	(84,8)	-10,4%
LCI e LCA	522,2	2,6%	1.432,7	8,0%	(910,5)	-63,6%
Letras Financeiras Subordinadas	187,6	0,9%	189,8	1,1%	(2,2)	-1,2%
Dívidas Subordinadas no Exterior	1.790,6	8,8%	1.585,2	8,9%	205,4	13,0%
Cessão com retenção de riscos	416,4	2,1%	204,4	1,1%	212,0	103,7%
CRI	-	-	4,2	0,0%	(4,2)	-
TOTAL	20.255,8	100,0%	17.884,4	100,0%	2.371,4	13,3%

O saldo dos recursos captados totalizou R\$ 20.255,8 milhões, em 31/12/2018, com aumento da diversificação e alongamento de prazo das captações. Dentre as principais fontes de captação, destacaram-se: (i) os depósitos à prazo, representando R\$ 9.130,5 milhões, ou 45,1 % do total; (ii) os depósitos interfinanceiros, representando R\$ 7.463,4 milhões, ou 36,8% do total; (iii) as emissões de títulos no exterior, no valor de R\$ 1.790,6 milhões, ou 8,8% do total; (iv) as letras financeiras equivalentes a R\$ 727,8 milhões, ou 3,6% do total; (v) as letras de crédito imobiliário e do agronegócio, que representavam R\$ 522,2 milhões, ou 2,6% do total; (vi) as cessões com retenção de riscos, totalizando R\$ 416,4 milhões, ou 2,1% do total; (vii) as letras financeiras subordinadas totalizavam R\$ 187,6 milhões, ou 0,9% do total das captações; e (viii) depósitos à vista que possuíam saldo de R\$ 17,3 milhões, ou 0,1% do total.

Em R\$ milhões	31/12/2017	AV %	31/12/2016	AV %	AH	
					R\$	%
Depósitos à Vista	25,4	0,1%	54,8	0,3%	(29,4)	-53,6%
Depósitos Interfinanceiros	8.730,1	48,8%	11.765,7	59,5%	(3.035,6)	-25,8%
Depósitos a Prazo	4.900,0	27,4%	2.514,1	12,7%	2.385,9	94,9%
Letras Financeiras	812,6	4,5%	1.170,6	5,9%	(358,0)	-30,6%
LCA e LCI	1.432,7	8,0%	1.977,5	10,0%	(544,8)	-27,5%
Letras Financeiras Subordinadas	189,8	1,1%	174,5	0,9%	15,3	8,8%
Dívidas Subordinadas no Exterior	1.585,2	8,9%	1.576,8	8,0%	8,4	0,5%
Cessão com retenção de riscos	204,4	1,1%	414,1	2,1%	(209,7)	-50,6%
Empréstimo	-	-	134,1	0,7%	(134,1)	-
CRI	4,2	0,0%	7,6	0,0%	(3,4)	-44,7%
TOTAL	17.884,4	100,0%	19.789,8	100,0%	(1.905,4)	-9,6%

O saldo dos recursos captados totalizou R\$ 17.884,4 milhões, em 31/12/2017, 9,6% inferior ao saldo de R\$ 19.789,8 milhões registrado ao final de dezembro de 2016. Dentre as principais fontes de captação, destacaram-se: (i) os depósitos interfinanceiros, representando R\$ 8.730,1 milhões, ou 48,8% do total; (ii) os depósitos à prazo, representando R\$ 4.900,0 milhões, ou 27,4% do total; (iii) as emissões de títulos no exterior, no valor de R\$ 1.585,2 milhões, ou 8,9% do total; (iv) as letras de crédito imobiliário e do agronegócio, que representavam R\$ 1.432,7 milhões, ou 8,0% do total; (v) as letras financeiras equivalentes a R\$ 812,6 milhões, ou 4,5% do total; (vi) as cessões com retenção de riscos totalizaram R\$ 204,4 milhões, ou seja, 1,1% do total; (vii) as letras financeiras subordinadas que representavam R\$ 189,8 milhões, ou 1,1%; (viii) o saldo dos depósitos a vista montavam a R\$ 25,4 milhões, ou 0,1% do total; e (ix) o saldo dos certificados de recebíveis imobiliários totalizavam R\$ 4,2 milhões.

Depósitos a prazo

Auxiliado pela melhor percepção de risco decorrente da sua estrutura de controle acionário e de resultados crescentes, o PAN vem conseguindo captar recursos praticando taxas competitivas de mercado na emissão de novos certificados de depósitos à prazo.

BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

Depósitos interfinanceiros

Referem-se às captações junto a instituições financeiras, constituídos em grande parte, pelos depósitos interfinanceiros realizados pelos acionistas controladores.

Depósitos Interfinanceiros	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Até 30 dias	8.180,4	7.215,6	8.276,1
31 a 90 dias	184,3	204,7	369,5
91 a 180 dias	1,3	4,1	44,2
181 a 360 dias	-	5,4	8,2
Acima de 360 dias	-	33,7	32,2
Total	8.365,9	7.463,4	8.730,1

LCI e LCA

Referem-se às captações por meio da emissão de Letras de Crédito Imobiliário e Letras de Crédito do Agronegócio.

Emissões de títulos no exterior

Maiores informações acerca das emissões externas efetuadas pelo PAN encontram-se detalhadas no item 10.1.f.(i).

Letras Financeiras

Referem-se a títulos emitidos pelo PAN para captação de recursos de longo prazo junto a terceiros. Caracterizam-se por apresentar prazo mínimo de 24 meses para resgate, sem possibilidade de resgate total ou parcial antes desse prazo.

Captações vinculadas à cessão de créditos

As captações vinculadas à cessão de créditos se referem a créditos cedidos com retenção de riscos e benefícios registrados contabilmente de acordo com o estabelecido no art. 5º da Resolução CMN nº 3.533/08.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

O Banco PAN possui uma política de liquidez em conformidade com a regulamentação do BACEN que determina o volume de caixa mínimo, assim como critérios de contingência em caso de crises financeiras no mercado. O Banco PAN administra sua posição de liquidez realizando operações overnight com outras instituições financeiras, lastreadas em títulos públicos federais e com compromissos de revenda, bem como operações de compra de títulos públicos federais que possuem liquidez imediata no mercado.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes:

Como parte do programa de captação de recursos no exterior, em abril de 2010, foi emitida uma dívida subordinada no valor de US\$ 500 milhões, com vencimento em abril de 2020. Em 09/06/2016, o PAN realizou uma recompra parcial no montante de US\$ 43,2 milhões de principal, que representa saldo de R\$ 1.876,9 milhões em 31/12/2019.

O PAN possui captações de recursos via emissão de letras financeiras subordinadas no montante de R\$ 8,0 milhões emitida em 18/04/2019 e vencimento previsto para 16/04/2027, que representa saldo de R\$ 8,5 milhões em 31/12/2019.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras:

BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

Além das relações mencionadas com seus controladores, o Banco PAN busca manter relacionamento com outras instituições financeiras para realizar operações cujas condições sejam vantajosas em seu benefício.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas:

Em caso de liquidação judicial ou extrajudicial do emissor, há ordem preferência quanto ao pagamento dos diversos credores da massa. Especificamente com relação às dívidas do emissor, deve ser observada a seguinte ordem de pagamento: dívidas com garantia real, dívidas quirografárias e dívidas subordinadas. Nas dívidas com garantia real, os credores têm preferência em relação aos demais até o limite do valor do ativo dado em garantia. Não há grau de subordinação entre os diversos credores quirografários, da mesma forma como não há grau de subordinação entre os credores subordinados.

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle acionário.

As instituições financeiras estão sujeitas aos limites operacionais estabelecidos pelo CMN e BACEN para funcionamento conforme disposições da regulamentação em vigor, em especial a Lei nº 4.595/64, que instituiu o Sistema Financeiro Nacional.

Dentre os limites estabelecidos, destacam-se: (i) Patrimônio de Referência compatível com os riscos de sua atividade, (ii) imobilizações, que limita a 50% do valor do Patrimônio de Referência o total dos recursos aplicados no Ativo Permanente, (iii) exposição por cliente, que estabelece o limite máximo de 25% do valor do Patrimônio de Referência de exposição por cliente, (iv) exposição em ouro, em moeda estrangeira e em operações sujeitas a variação cambial, limitado a 30% do valor do Patrimônio de Referência, e (v) limites mínimos de capital realizado e patrimônio líquido para funcionamento.

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados:

O Banco PAN não é parte como tomador em contratos de empréstimos e financiamentos relevantes e, portanto, não possui quaisquer limites para utilização.

A utilização dos financiamentos contratados pelo Banco em novas operações de crédito é condicionada à manutenção de seu Índice de Basileia acima do mínimo regulatório exigido pelas autoridades monetárias, de acordo com os princípios de Basileia.

O Banco PAN julgou adequado o nível do índice de Basileia em 31/12/2019, que era de 15,61% considerando os recursos da Oferta Primária (14,08% em 31/12/2018 e 13,32% em 31/12/2017), observada a efetiva homologação do BACEN.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações contábeis:

Segue análise das principais contas patrimoniais em 31/12/2019, em relação às contas apresentadas em 31/12/2018 e 31/12/2017.

Importante destacar que os dados que apresentaremos abaixo foram elaborados e estão sendo apresentados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, com observância das disposições emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo BACEN, Resoluções do CMN e da CVM, quando aplicável.

Balanco Patrimonial

ATIVO – R\$ milhões	31/12/2019	31/12/2018	Variação
Disponibilidades	4,2	19,7	-78,6%
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.242,8	3,9	31.766,5%
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros	2.375,7	2.213,7	7,3%

BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

derivativos			
Relações interfinanceiras	127,5	4,5	2.734,2%
Operações de crédito	22.485,5	19.459,1	15,6%
Outros créditos	5.975,4	4.875,9	22,5%
Outros Valores e Bens	372,1	453,1	-17,9%
Permanente	214,9	200,5	7,2%
Investimentos	1,1	1,1	4,0%
Imobilizado de uso	28,6	24,1	18,8%
Intangível	185,2	175,3	5,7%
TOTAL	32.798,1	27.230,4	20,4%

Disponibilidades

Representado por disponibilidades em Real e moeda estrangeira, o saldo em 31/12/2019 totalizava R\$ 4,2 milhões ante a R\$ 19,7 milhões em 31/12/2019.

Aplicações interfinanceiras de liquidez

Em 31/12/2019, as aplicações interfinanceiras de liquidez apresentavam saldo de R\$ 1.242,8 milhões, ante a R\$ 3,9 milhões registrados em 31/12/2018, a mesma é composta substancialmente por títulos públicos (LTN e NTN) e representam parte do saldo de caixa da instituição naquela data base.

Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

O saldo da conta de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos apresentou aumento de 7,3% em relação a 31/12/2018. Esse aumento é explicado, principalmente, pelo aumento em instrumentos financeiros derivativos e em títulos públicos.

Relações Interfinanceiras

Referem-se basicamente a depósitos compulsórios junto ao BACEN. O saldo em 31/12/2019 era de R\$ 127,5 milhões, ante aos R\$ 4,5 milhões de 31/12/2018.

Operações de crédito

As operações de crédito encerraram 31/12/2019 com saldo de R\$ 22.485,4 milhões, um aumento de 15,6% frente aos R\$ 19.459,1 milhões em dezembro de 2018. Esse aumento é basicamente em função da maior originação no período, destacando a performance das carteiras de crédito consignado (empréstimos e cartões) e financiamento de veículos.

Operações de Crédito – R\$ milhões	31/12/2019	31/12/2018
Valor das Operações de Crédito	22.485,4	19.459,1
Ajuste ao valor de mercado	(156,1)	(129,2)
Subtotal das Operações de Crédito	22.329,3	19.330,0
Outros Créditos	1.142,7	914,7
ACC e rendas a receber	-	34,0
Total das Operações de Crédito (1)	23.472,0	20.278,6

- (1) O saldo apresentado para a carteira de crédito neste item, 10.1h difere do que está sendo apresentado no item 10.1a, as principais diferenças são: (i) recebíveis de cartões de crédito e títulos de créditos a receber com características de concessão de crédito; e (ii) adiantamentos sobre contratos de câmbio.

Outros créditos

O saldo da conta de outros créditos apresentou aumento de 22,5% em relação a 31/12/2018, encerrando 31/12/2019 com saldo de R\$ 5.975,4 milhões. Esse aumento é decorrente do aumento de valores a receber por cessão de crédito.

Outros valores e bens

O saldo da conta de outros valores e bens apresentou queda de 17,9% em relação a 31/12/2018, encerrando 31/12/2019 com saldo de R\$ 372,1 milhões. A redução é decorrente de dois eventos, são eles: (i) amortização integral do saldo de comissões pagas a correspondentes bancários em atendimento à Circular nº 3.738/14 do

BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

Bacen, o saldo desta rubrica em 31/12/2018 era de R\$ 36,6 milhões; e (ii) baixa de imóveis registrados em bens não de uso que em 31/12/2018 possuíam um saldo residual de R\$ 321,3 milhões e que reduziram para R\$ 266,5 milhões em 31/12/2019, uma retração de 17,1%.

Permanente

Os saldos das contas que compõem o ativo permanente (investimentos, imobilizado e intangível) passaram de R\$ 200,5 milhões em 31/12/2018 para R\$ 214,9 milhões em 31/12/2019. O aumento é consequência de maiores investimentos em: (i) desenvolvimentos internos nas plataformas digitais da instituição em aproximadamente R\$ 35,0 milhões; (ii) aquisição de imobilizados de uso em aproximadamente R\$ 4,5 milhões; e (iii) compensados pela amortização do ágio no montante de R\$ 25,1 milhões.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO – R\$ milhões	31/12/2019	31/12/2018	Variação
Depósitos	19.760,0	16.611,2	19,0%
Depósitos à vista	26,6	17,3	53,6%
Depósitos interfinanceiros	8.365,9	7.463,4	12,1%
Depósitos a prazo	11.367,5	9.130,5	24,5%
Captações no mercado aberto	295,8	260,2	13,7%
Recursos de aceites e emissão de títulos	1.868,3	1.250,0	49,5%
Relações interfinanceiras	933,7	728,6	28,2%
Relações interdependências	0,2	0,0	-
Instrumentos financeiros derivativos	125,0	175,1	-28,6%
Outras obrigações	4.888,9	4.109,3	19,0%
Patrimônio líquido	4.926,2	4.095,9	20,3%
TOTAL	32.798,1	27.230,4	20,4%

Depósitos

O saldo da conta de depósitos aumentou 19,0% no período findo em 31/12/2019 em relação a 31/12/2018, passando de R\$ 16.611,2 milhões em 31/12/2018, para R\$ 19.760,0 milhões em 31/12/2019. O aumento no período deve-se principalmente ao incremento no volume das captações de recursos por meio de depósitos à prazo, seguido do aumento dos depósitos interfinanceiros.

Captações no mercado aberto

O saldo da conta de captações no mercado aberto encerrou 31/12/2019 com saldo de R\$ 295,8 milhões, apresentando aumento de 13,7% quando comparado ao saldo de dezembro de 2018. Esse aumento ocorreu devido ao volume das captações com lastro em títulos públicos da carteira própria.

Recursos de aceite e emissão de títulos

O saldo da conta de recursos de aceite e emissão de títulos em 31/12/2019 era de R\$ 1.868,3 milhões, apresentando aumento de 49,5% frente ao saldo de R\$ 1.250,0 milhões em dezembro de 2018. Esse aumento ocorreu devido a emissão de letras financeiras, sendo R\$ 450 milhões advindos de oferta pública restrita realizada em maio de 2019.

Outras obrigações

O aumento apresentado deve-se principalmente a maiores provisões para obrigações fiscais e previdenciárias no montante de R\$ 269,4 milhões e obrigações assumidas por operações de cessão de crédito consignado no montante de R\$ 496,2 milhões.

Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido Consolidado do PAN totalizou R\$ 4.926,2 milhões em 31/12/2019, frente aos R\$ 4.095,9 milhões em 31/12/2018, representando um aumento de 20,3%, impactado principalmente pelo aumento de capital no montante de R\$ 521,8 milhões oriundos da Oferta Primária e pelo resultado auferido no período.

BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

ATIVO – R\$ milhões	31/12/2018	31/12/2017	Varição
Disponibilidades	19,7	10,7	84,1%
Aplicações interfinanceiras de liquidez	3,9	1.033,0	-99,6%
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	2.213,7	1.886,5	17,3%
Relações interfinanceiras	4,5	26,5	-83,0%
Operações de crédito	19.459,1	17.521,9	11,1%
Outros créditos	4.875,9	4.667,0	4,5%
Outros Valores e Bens	453,1	504,9	-10,3%
Permanente	200,5	183,8	9,1%
Investimentos	1,1	0,4	175,0%
Imobilizado de uso	24,1	27,7	-13,0%
Intangível	175,3	155,7	12,6%
TOTAL	27.230,4	25.834,3	5,4%

Aplicações interfinanceiras de liquidez

Ao final de 2018, as aplicações interfinanceiras de liquidez apresentaram saldo de R\$ 3,9 milhões, registrando redução de 99,6% em relação ao saldo de R\$ 1.033,0 milhões do final de 2017. As movimentações nesta rubrica são diárias e indicam apenas uma das formas de alocar o caixa do PAN.

Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

O saldo da conta de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos apresentou aumento de 17,3% em relação a 2017, alcançando R\$ 2.213,7 milhões ao final de 2018. A carteira de títulos e valores mobiliários do PAN é composta basicamente por títulos públicos.

Relações interfinanceiras

O saldo da conta de relações interfinanceiras registrou redução de 83,0% passando de R\$ 26,5 milhões ao final de 2017 para R\$ 4,5 milhões ao final de 2018. Essa redução é explicada, principalmente, pela redução no volume de recursos depositados junto ao BACEN.

Operações de crédito

As operações de crédito encerraram o ano de 2018 com saldo de R\$ 19.459,1 milhões, um aumento de 11,1% frente aos R\$ 17.521,9 milhões de 31/12/2017 em função de menor volume de cessão realizadas em 2018 com relação à 2017.

Operações de Crédito – R\$ milhões	31/12/2018	31/12/2017
Operações de crédito	19.459,1	17.521,9
Ajuste ao valor de mercado	(129,2)	(138,8)
Subtotal das Operações de Crédito	19.330,0	17.383,1
Outros Créditos	914,7	916,8
ACC e rendas a receber	34,0	67,1
Total das Operações de Crédito (1)	20.278,6	18.367,1

- (1) O saldo apresentado para a carteira de crédito neste item, 10.1h difere do que está sendo apresentado no item 10.1a, as principais diferenças são: (i) recebíveis de cartões de crédito e títulos de créditos a receber com características de concessão de crédito; e (ii) adiantamentos sobre contratos de câmbio.

Outros créditos

O saldo da conta de outros créditos apresentou aumento de 4,5% em relação a 31/12/2017, encerrando 31/12/2018 com saldo de R\$ 4.875,9 milhões. Esse aumento foi decorrente do aumento de valores a receber por cessão de crédito e aumento de impostos e contribuições a compensar.

Outros valores e bens

BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

O saldo da conta de outros valores e bens apresentou queda de 10,3% no ano, encerrando 2018 em R\$ 453,1 milhões. A queda apresentada está relacionada ao menor pagamento de comissões antecipadas aos correspondentes bancários e conseqüentemente menor ativação em função da mudança nas regras de comissionamento conforme Circular BACEN nº 3.738/14.

Permanente

Os saldos das contas que compõem o ativo permanente (investimentos, imobilizado e intangível) passaram de R\$ 183,8 milhões em 31/12/2017 para R\$ 200,5 milhões em 31/12/2018. O aumento em 2018 em relação ao exercício anterior foi devido ao aumento no intangível, basicamente pelo investimento na plataforma digital em R\$ 48,4 milhões compensados por outras amortizações/baixas no período.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO – R\$ milhões	31/12/2018	31/12/2017	Varição
Depósitos	16.611,2	13.655,6	21,6%
Depósitos à vista	17,3	25,4	-31,9%
Depósitos interfinanceiros	7.463,4	8.730,1	-14,5%
Depósitos a prazo	9.130,5	4.900,0	86,3%
Captações no mercado aberto	260,2	1.591,5	-83,7%
Recursos de aceites e emissão de títulos	1.250,0	2.249,6	-44,4%
Relações interfinanceiras	728,6	851,2	-14,4%
Relações interdependências	0,0	4,5	-100,0%
Instrumentos financeiros derivativos	175,1	202,6	-13,6%
Outras obrigações	4.109,3	3.723,4	10,4%
Patrimônio líquido	4.095,9	3.555,8	15,2%
TOTAL	27.230,4	25.834,3	5,4%

Depósitos

O saldo da conta de depósitos aumentou 21,6% em relação a 2017, passando de R\$ 13.655,6 milhões em 31/12/2017, para R\$ 16.611,2 milhões em 31/12/2018, devido principalmente ao aumento do volume das captações de recursos por meio de depósitos à prazo, que apresentou aumento de 86,3% se comparado com 31/12/2017.

Captações no mercado aberto

O saldo da conta de captações no mercado aberto encerrou 31/12/2018 em R\$ 260,2 milhões, apresentando queda de 83,7% quando comparado ao saldo do exercício findo de 2017. devido à redução no volume das captações com lastro em títulos públicos da carteira própria.

Recursos de aceite e emissão de títulos

O saldo da conta de recursos de aceite e emissão de títulos encerrou o ano de 2018 em R\$ 1.250,0 milhões, apresentando queda de 44,4% frente ao saldo de R\$ 2.249,6 milhões ao final de 2017 principalmente em função da queda no volume das captações em LCI e LCA, associada à redução das carteiras de crédito que estão em *run-off*.

Relações interfinanceiras

O saldo da conta de relações interfinanceiras encerrou o ano de 2018 com saldo de R\$ 728,6 milhões, apresentando queda de 14,4% quando comparado com o exercício de 2017.

Instrumentos financeiros derivativos

O saldo passivo da conta de instrumentos financeiros derivativos findou 31/12/2018 com saldo de R\$ 175,1 milhões, frente ao saldo de R\$ 202,6 milhões de 31/12/2017.

Outras obrigações

O saldo da conta de outras obrigações aumentou 10,4% de 2017 para 2018, passando de R\$ 3.723,4 milhões para R\$ 4.109,3 milhões, basicamente em função de maiores cessões com retenção substancial dos riscos e benefícios, cujo estoque aumentou em aproximadamente R\$ 212 milhões.

Patrimônio Líquido

BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

Ao final de 2018, o Patrimônio Líquido consolidado era de R\$ 4.095,9 milhões, representando um aumento de 15,2% frente aos R\$ 3.555,8 milhões de 2017, em função do aumento de capital de R\$ 400 milhões homologado no período, bem como pelo resultado acumulado.

ATIVO – R\$ milhões	31/12/2017	31/12/2016	Variação
Disponibilidades	10,7	19,5	-45,1%
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.033,0	972,4	6,2%
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	1.886,5	2.438,6	-22,6%
Relações interfinanceiras	26,5	17,9	48,0%
Operações de crédito	17.521,9	18.012,7	-2,7%
Outros créditos	4.667,0	5.102,6	-8,5%
Outros Valores e Bens	504,9	667,7	-24,4%
Permanente	183,7	274,2	-33,0%
Investimentos	0,4	49,0	-99,2%
Imobilizado de uso	27,7	37,8	-26,7%
Intangível	155,7	187,4	-16,9%
TOTAL	25.834,3	27.505,6	-6,1%

Aplicações interfinanceiras de liquidez

Ao final de 2017, as aplicações interfinanceiras de liquidez apresentaram saldo de R\$ 1.033,0 milhões, registrando aumento de 6,2% em relação ao saldo de R\$ 972,4 milhões do final de 2016.

Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

O saldo da conta de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos apresentou redução de 22,6% em relação a 2016, encerrando 2017 em R\$ 1.886,5 milhões em função da redução da carteira de títulos públicos.

Operações de crédito e operações de arrendamento mercantil

As operações de crédito encerraram o ano de 2017 com saldo de R\$ 17.521,9 milhões em 2017, uma redução de 2,77% se comparado a 2016, onde o saldo foi de R\$ 18.012,7 milhões, em função da redução dos volumes originados motivada pelo reposicionamento estratégico.

Operações de Crédito	31/12/2017	31/12/2016
Operações de crédito bruta	17.521,9	18.012,7
Ajuste ao valor de mercado	(138,8)	(165,3)
Subtotal das Operações de Crédito	17.383,1	17.847,4
Outros Créditos	916,8	897,5
ACC e rendas a receber	67,1	172,7
Total das Operações de Crédito	18.367,1	18.917,6

O saldo apresentado para a carteira de crédito neste item, 10.1h difere do que está sendo apresentado no item 10.1a, as principais diferenças são: (i) recebíveis de cartões de crédito e títulos de créditos a receber com características de concessão de crédito; e (ii) adiantamentos sobre contratos de câmbio.

Outros créditos

O saldo da conta de outros créditos apresentou redução de 8,5% em relação a 2016, encerrando o ano de 2017 com saldo de R\$ 4.667,0 milhões. Essa redução foi basicamente decorrente da redução de valores a receber por cessão de crédito.

Outros valores e bens

O saldo da conta de outros valores e bens apresentou queda de 24,4% em relação ao saldo de 2016, encerrando 2017 em R\$ 504,9 milhões. A redução apresentada está relacionada ao menor pagamento de

BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

comissões antecipadas aos correspondentes bancários e conseqüentemente menor ativação em função da mudança nas regras de comissionamento conforme Circular BACEN nº 3.738/14.

Permanente

Os saldos das contas que compõem o ativo permanente (investimentos, imobilizado e intangível) passaram de R\$ 274,2 milhões no mesmo período de 2016 para R\$ 183,7 milhões em dezembro de 2017. A redução de 2017 em relação ao exercício anterior é explicada pela alienação da participação societária que a Companhia detinha na Stone Pagamentos S.A., onde o PAN alienou a totalidade das ações que detinha por R\$ 229,0 milhões o que gerou um resultado bruto de R\$ 183,4 milhões, e pela depreciação dos ativos imobilizados e pela amortização dos ativos intangíveis.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO – R\$ milhões	31/12/2017	31/12/2016	Varição
Depósitos	13.655,5	14.334,6	-4,7%
Depósitos à vista	25,4	54,8	-53,5%
Depósitos interfinanceiros	8.730,1	11.765,7	-25,8%
Depósitos a prazo	4.900,0	2.514,1	94,9%
Captações no mercado aberto	1.591,5	2.024,6	-21,4%
Recursos de aceites e emissão de títulos	2.249,6	3.155,7	-28,7%
Relações interfinanceiras	851,2	804,9	5,8%
Relações interdependências	4,5	6,8	-33,8%
Obrigações por empréstimos	0,0	134,1	-100,0%
Instrumentos financeiros derivativos	202,6	145,7	39,1%
Outras obrigações	3.723,6	3.487,0	6,8%
Patrimônio líquido	3.555,8	3.412,2	4,2%
TOTAL	25.834,3	27.505,6	-6,1%

Depósitos

O saldo da conta de depósitos reduziu 4,7% em relação a 2016, passando de R\$ 14.334,6 milhões em 2016 para R\$ 13.655,5 milhões em 2017. Essa redução ocorreu devido a estratégia de reduzir o saldo dos depósitos interfinanceiros em contrapartida a um aumento no saldo dos depósitos a prazo, no período analisado a queda em depósitos interfinanceiros foi de R\$ 3.035,6 milhões, já o saldo dos depósitos a prazo aumentaram em R\$ 2.385,9 milhões.

Captações no mercado aberto

O saldo da conta de captações no mercado aberto encerrou o ano de 2017 em R\$ 1.591,5 milhões, apresentando queda de 21,4% quando comparado ao exercício findo em 2016. Essa redução ocorreu devido à queda no volume das captações com lastro em títulos públicos da carteira própria.

Recursos de aceite e emissão de títulos

O saldo da conta de recursos de aceite e emissão de títulos encerrou o ano de 2017 em R\$ 2.249,6 milhões, apresentando queda de 28,7% frente ao saldo de R\$ 3.155,7 milhões ao final de 2016 principalmente em função da queda no volume das captações em LCI e LCA, associada a redução das carteiras de crédito em *run off* (carteira de empresas e imobiliário).

Outras obrigações

O saldo da conta de outras obrigações aumentou 6,8% de 2016 para 2017, passando de R\$ 3.487,0 milhões para R\$ 3.723,6 milhões. Esse aumento está relacionado ao aumento de provisões trabalhistas e cíveis.

Patrimônio Líquido

Ao final de 2017, o Patrimônio Líquido consolidado era de R\$ 3.555,8 milhões, representando um aumento de 4,2% frente aos R\$ 3.412,2 milhões ao final de 2016, em função de resultado acumulado.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

(a) Resultados das operações do emissor

BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Os principais componentes da receita do Banco PAN serão detalhados a seguir e incluem: receitas de operações de crédito, receita de cessão de carteira sem retenção substancial de risco, receitas de prestação de serviços e resultado com TVM e derivativos.

(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Abaixo dos quadros a seguir, faremos uma análise das principais oscilações.

Análise das Demonstrações de Resultados.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO – R\$ milhões	31/12/2019	31/12/2018	Variação
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	8.191,0	7.099,4	15,4%
Rendas de operações de crédito	8.124,2	6.901,8	17,7%
Resultado de operações de arrendamento mercantil	0,8	0,3	166,7%
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	153,6	183,3	-16,2%
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(101,4)	-	100,0%
Resultado de operação de câmbio	5,0	12,4	-59,7%
Resultado das aplicações compulsórias	8,8	1,7	417,6%
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(3.787,6)	(3.159,7)	19,9%
Operações de captação no mercado	(2.225,1)	(2.019,3)	10,2%
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.562,5)	(1.140,4)	37,0%
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	4.403,3	3.939,7	12,8%
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(4.013,0)	(3.461,4)	15,9%
Receitas de prestação de serviços	417,7	377,6	10,6%
Despesas de pessoal	(501,7)	(420,7)	19,2%
Outras despesas administrativas	(2.164,6)	(1.763,0)	22,8%
Despesas tributárias	(222,8)	(172,3)	29,3%
Outras receitas operacionais	333,3	327,5	1,8%
Outras despesas operacionais	(1.874,9)	(1.810,5)	3,6%
RESULTADO OPERACIONAL	390,3	478,3	-18,4%
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(34,2)	(21,4)	59,8%
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O RESULTADO	356,1	456,9	-22,0%
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	159,8	(235,4)	-167,9%
Provisão para imposto de renda	(188,6)	(11,3)	1.566,2%
Provisão para contribuição social	(117,6)	(8,1)	1.359,4%
Ativo fiscal diferido	466,1	(216,0)	-315,8%
LUCRO LÍQUIDO	515,9	221,5	132,9%

Receitas de Intermediação Financeira

BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

As receitas da intermediação financeira aumentaram de R\$ 7.099,4 milhões em 2018 para R\$ 8.191,0 milhões no ano de 2019.

Esse aumento decorreu principalmente das rendas de operações de crédito, com alta de R\$ 1.222,4 milhões, ou 17,7%, que somaram R\$ 8.124,2 milhões em 2019, frente aos R\$ 6.901,8 milhões em 2018. O incremento é devido ao aumento de 15,7% da carteira de crédito, sendo que ao final de 2019 o saldo da carteira de crédito era de R\$ 23.471,9 milhões, ante a R\$ 20.278,6 milhões ao final de 2018. Tal evolução da carteira de crédito é atribuível ao crescimento impulsionado principalmente pelo volume de originação dos financiamentos de veículos e créditos consignados: (i) nossa carteira de financiamento de veículos cresceu 26,8%, passando de R\$ 6.979,9 milhões em dezembro de 2018 para R\$ 8.853,9 milhões em dezembro de 2019; (ii) nossa carteira de crédito consignado (empréstimos e cartões), cresceu 15,5%, aumentou de R\$ 10.824,2 milhões em dezembro de 2018 para R\$ 12.506,3 milhões em dezembro de 2019; e (iii) cartões de crédito cresceu 24,0%, evoluindo de R\$ 876,7 milhões em 2018 para R\$ 1.086,7 milhões em 2019. Já as carteiras de crédito corporativo e imobiliário, ambas em *run-off*, apresentaram recuo de 40,1% e 38,1%, respectivamente, compensando parcialmente esses aumentos. O resultado obtido nas cessões de crédito com transferência substancial de riscos e benefícios foi de R\$ 2.183,1 milhões em 2018 e passou para R\$ 2.737,8 milhões em 2019, um incremento de R\$ 554,7 milhões, ou 25,4% no período.

A receita de operação de arrendamento mercantil aumentou em R\$ 0,5 milhão, ou 225,1%, de R\$ 0,3 milhão em 2018 para R\$ 0,8 milhão em 2019, devido a maiores receitas com recuperações de créditos. A operação de leasing encontra-se em *run-off* e não impacta significativamente a receita de intermediação financeira.

O resultado de operações com títulos e valores mobiliários reduziram R\$ 29,7 milhões, ou 16,2%, passando de R\$ 183,3 milhões em 2018 para R\$ 153,6 milhões em 2019, a queda foi devido à redução de 70,9% na receita de aplicação interfinanceira de liquidez, passando de R\$ 66,3 milhões em 2018 para R\$ 19,3 milhões em 2019, como resultado de baixo investimento no período e queda na taxa SELIC que iniciou o ano de 2018 a uma taxa de 7,00% e encerrou o ano de 2019 a 4,50%, uma queda de 2,5 pontos percentuais.

O resultado com instrumentos financeiros derivativos variou de R\$ 0,0 em 2018 para uma perda de R\$ 101,4 milhões em 2019, principalmente devido a (i) redução de R\$ 77,9 milhões no resultado de *swap*. *Swap* e opções tem a finalidade de proteger as operações do PAN com o propósito de atender as suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descasamentos entre moedas, indexadores, prazos de suas carteiras e arbitragem.

O resultado com operações de câmbio reduziu R\$ 7,4 milhões, ou 59,7%, passando de R\$ 12,4 milhões em 2018 para R\$ 5,0 milhões em 2019. A queda foi devida principalmente a redução de 65,1% nas rendas de financiamento à exportação, passando de R\$ 49,7 milhões em 2018 para R\$ 17,4 milhões em 2019, como resultado da diminuição da carteira em *run-off*. Esses efeitos foram positivamente compensados por R\$ 24,9 milhões de redução na despesa com variação cambial.

Despesa de Intermediação Financeira

As despesas da intermediação financeira aumentaram de R\$ 3.159,7 milhões em 2018 para R\$ 3.787,6 milhões no ano de 2019.

Operações de captação no mercado

No exercício encerrado em 31/12/2019, as despesas de operações de captação no mercado foram de R\$ 2.225,1 milhões e cresceram 10,2% em relação ao exercício de 2018. Do total, 60,2% são provenientes de depósitos a prazo totalizando R\$ 1.339,9 milhões e representando um aumento de R\$ 436,3 milhões nas despesas com juros em relação ao exercício de 2018. Em 2018, as operações de captação no mercado totalizaram uma despesa total de R\$ 2.019,3 milhões, sendo R\$ 903,5 milhões relativas aos depósitos a prazo.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

O aumento das despesas com PDD em 2019 é justificada basicamente pela constituição, adicionalmente a aplicação da Resolução CMN nº 2.682, de um incremento de R\$ 338,3 milhões para as carteiras em *run-off* (Imobiliário Pessoa Física e Empresas). Desconsiderando esse efeito, a despesa no ano de 2019 seria de R\$ 1.224,2 milhões ante a despesa de R\$ 1.140,4 milhões do ano de 2018.

Resultado bruto da intermediação financeira

BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

Como resultado do exposto, nosso resultado bruto da intermediação financeira aumentou em R\$ 463,7 milhões, ou 11,8%, de R\$ 3.939,7 milhões em 2018 para R\$ 4.403,3 milhões em 2019.

Receitas de prestação de serviços

O aumento de 10,6% destas receitas para R\$ 417,7 milhões em 2019, em comparação a R\$ 377,6 milhões de 2018 é reflexo da maior originação de financiamentos de veículos. No ano de 2019, o PAN originou R\$ 5.512 milhões, frente aos R\$ 4.169 milhões de 2018, crescimento de 32,2%. As receitas provenientes diretamente do produto veículos somou R\$ 167,9 milhões em 2018, passando para R\$ 204,1 milhões em 2019, um incremento de 21,5% no período.

Despesas de pessoal

O aumento das despesas com pessoal em 19,2% para R\$ 501,7 milhões em 2019 decorre substancialmente: (i) do aumento de 12,0% do quadro de funcionários, de 2.195 em 2018 para 2.458 em 2019; e (ii) do dissídio da categoria em 4,31%, ambos totalizando R\$ 70,4 milhões em proventos, encargos e benefícios.

Outras despesas administrativas

O aumento das despesas administrativas de R\$ 401,6 milhões, ou 22,8%, de R\$ 1.763,0 milhões em 2018 para R\$ 2.164,6 milhões em 2019, está concentrada em despesas variáveis e custos relacionados ao crescimento do volume dos negócios, além dos reajustes contratuais realizados no período, e de maiores despesas com propaganda e publicidade, direcionadas à oferta e informações de nossos produtos e serviços, posicionamento institucional e conquista de novos clientes. No 2º semestre de 2019, o PAN incorreu em despesas inerentes a Oferta Primária de aproximadamente R\$ 17,0 milhões.

Despesas tributárias

As despesas tributárias aumentaram em R\$ 50,5 milhões, ou 29,3%, de R\$ 172,3 milhões em 2018 para R\$ 222,8 milhões em 2019, devido ao faturamento do período.

Outras receitas operacionais

O aumento nas outras receitas operacionais em R\$ 5,8 milhões, ou 1,8%, de R\$ 327,5 milhões em 2018 para R\$ 333,3 milhões em 2019 é decorrente principalmente de maiores recuperações de créditos de PIS e COFINS calculados sobre despesas com comissões, compensado por menores receitas com variação monetária ativa e cambial e reversões de provisões.

Outras despesas operacionais

As outras despesas operacionais aumentaram R\$ 64,4 milhões, ou 3,6%, de R\$ 1.810,5 milhões em 2018 para R\$ 1.874,9 milhões em 2019. Os principais impactos foram:

- (i) Cessão de operações de crédito: aumento de R\$ 118,1 milhões no período, chegando a R\$ 1.414,3 milhões em 2019 ante a R\$ 1.296,2 milhões em 2018, o aumento dessa despesa é decorrente da combinação de dois fatores: (a) para as cessões realizadas junto aos controladores no decorrer de 2019, o PAN constituiu uma provisão de R\$ 561,3 milhões para fazer frente aos pré-pagamentos que esses contratos cedidos terão até o vencimento; e (b) menor pré-pagamento dos créditos cedidos até dez/18 gerou uma redução de R\$ 443,2 milhões em despesa, saindo de R\$ 1.296,2 milhões em 2018 para R\$ 853,0 milhões no ano de 2019;
- (ii) Descontos concedidos: tais despesas com descontos concedidos totalizaram R\$ 102,5 milhões no ano de 2019, aumentando R\$ 58,1 milhões no período principalmente nos segmentos em *run off*; e
- (iii) Constituição de provisões: com redução de R\$ 91,3 milhões no período, as despesas com constituição de provisões totalizaram R\$ 215,2 milhões em 2019 ante a R\$ 306,4 milhões em 2018, tal redução é fruto de refinamentos no modelo de contingências trabalhistas, além de menor quantidade de entradas de processos trabalhistas.

Resultado não operacional

O PAN encerrou 2019 com um resultado não operacional negativo de R\$ 34,2 milhões ante um resultado negativo de R\$ 21,4 milhões em 2018. O motivo do aumento em 2019 se dá por um maior volume de venda com prejuízo de bens retomados.

BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

Imposto de Renda e Contribuição Social

A tabela a seguir apresenta os principais componentes da despesa/receita de imposto de renda e contribuição social nos exercícios encerrados em 31/12/2019 e 31/12/2018.

Imposto de renda e contribuição social – R\$ milhões	31/12/2019	31/12/2018
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	356,1	456,9
Encargos/créditos total do imposto de renda e contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes ⁽¹⁾ ⁽²⁾	(138,9)	(201,9)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Juros sobre o capital próprio	79,2	39,0
Constituição/Baixa de Crédito Tributário de CSLL ⁽²⁾ ⁽³⁾	353,8	(59,4)
Baixa de Crédito Tributário ⁽⁴⁾	(141,1)	-
Outros valores ⁽²⁾	6,8	(13,0)
Resultado de Imposto de renda e contribuição social	159,8	(235,4)

(1) Alíquotas vigentes: (i) provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%; (ii) contribuição social sobre o lucro é calculada para empresas financeiras à alíquota de 15%, para as demais empresas alíquota de 9%;

(2) Em 07/10/2015 foi publicada a Lei nº 13.169/15, oriunda da Medida Provisória (MP) nº 675/15 que elevou de 15% para 20% a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) de instituições financeiras a partir de 01/09/2015. A cobrança foi válida até 31/12/2018, retornando ao patamar de 15% no ano de 2019;

(3) Em 12/11/2019 foi publicada a Emenda Constitucional nº 103/2019, que elevou de 15% para 20% a alíquota da CSLL de bancos de qualquer espécie a partir de 01/03/2020. Em face de tais alterações, o Banco PAN reconheceu o montante de R\$ 353.789 mil referentes à esta diferença de alíquota para os créditos tributários com expectativa de realização a partir de 03/2020; e

(4) Baixa parcial de Crédito Tributário de Prejuízo Fiscal e Base Negativa em decorrência da aplicação de novas premissas no plano de negócios da PAN Arrendamento Mercantil S.A. e, conseqüentemente, na expectativa de realização destes créditos.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO – R\$ milhões	31/12/2018	31/12/2017	Variação
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	7.099,4	7.780,3	-8,8%
Rendas de operações de crédito	6.901,8	7.779,4	-11,3%
Resultado de operações de arrendamento mercantil	0,3	0,9	-72,7%
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	183,3	287,2	-36,2%
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	0,0	(305,6)	-100,0%
Resultado de operação de câmbio	12,4	18,5	-33,2%
Resultado das aplicações compulsórias	1,7	-	100,0%
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(3.159,7)	(3.524,9)	-10,4%
Operações de captação no mercado	(2.019,3)	(2.403,6)	-16,0%
Operações de empréstimos e repasses	-	(1,5)	-100,0%
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.140,4)	(1.119,8)	1,8%
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	3.939,7	4.255,4	-7,4%

BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(3.461,4)	(4.154,4)	-16,7%
Receitas de prestação de serviços	377,6	403,2	-6,4%
Resultado de equivalência patrimonial	-	(3,0)	-100,0%
Despesas de pessoal	(420,7)	(463,6)	-9,2%
Outras despesas administrativas	(1.763,0)	(2.086,0)	-15,5%
Despesas tributárias	(172,3)	(220,0)	-21,7%
Outras receitas operacionais	327,5	262,6	24,7%
Outras despesas operacionais	(1.810,5)	(2.047,7)	-11,6%
RESULTADO OPERACIONAL	478,3	101,0	373,6%
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(21,4)	152,3	-114,1%
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O RESULTADO	456,9	253,3	80,4%
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(235,4)	(40,7)	478,4%
Provisão para imposto de renda	(11,3)	(1,4)	721,0%
Provisão para contribuição social	(8,1)	(0,6)	1347,2%
Ativo fiscal diferido	(216,0)	(38,8)	457,3%
LUCRO LÍQUIDO	221,5	212,6	4,2%

Receita de Intermediação Financeira

As receitas da intermediação financeira reduziram de R\$ 7.780,3 milhões em 2017 para R\$ 7.099,4 milhões em 2018 primordialmente em razão da menor contribuição das rendas de operações de crédito que somaram R\$ 6.901,8 milhões no exercício de 2018 frente aos R\$ 7.779,4 milhões do exercício de 2017. A redução nos períodos está relacionada ao menor volume de cessão de carteira de crédito em 2018. Em 31/12/2018 o saldo da carteira de crédito era de R\$ 20.278,6 milhões, ante a R\$ 18.367,1 milhões de 31/12/2017, uma evolução de 10,4% no período.

As receitas de operações de leasing reduziram em R\$ 0,6 milhão ou 72,7% de R\$ 0,9 milhão em 2017 para R\$ 0,3 milhão em 2018, principalmente devido à redução de 86,9% no volume da nossa carteira de leasing.

O resultado com operações com títulos e valores mobiliários reduziram R\$ 103,9 milhões, ou 36,2%, de R\$ 287,2 milhões em 2017 para R\$ 183,3 milhões em 2018, devido a redução de 44,4% na receita de títulos de renda fixa, de R\$ 210,5 milhões em 2017 para R\$ 116,9 milhões em 2018.

A variação na despesa com instrumentos financeiros derivativos, passando de R\$ 305,6 milhões em 2017 para zero em 2018, foi principalmente devido a variação na taxa de câmbio, como resultado de R\$ 150,2 milhões de aumento no resultado de swap, contratado com o propósito proteger nossa exposição cambial com as operações de dívidas subordinadas.

Resultado de operação de câmbio: O resultado com operações de câmbio reduziu de R\$ 6,1 milhões ou 33,2% de R\$ 18,5 milhões em 2017 para R\$ 12,4 milhões em 2018, principalmente devido a 59,8% de redução em rendas de financiamento à exportação, de R\$ 123,5 milhões em 2017 para R\$ 49,7 milhões em 2018, como resultado de baixo volume nas operações da carteira que se encontra em *run-off*.

Despesas de intermediação financeira

Nossas despesas da intermediação financeira diminuíram em R\$ 365,2 milhões, ou 10,4%, de R\$ 3.524,9 milhões em 2017 para R\$ 3.159,7 milhões em 2018.

Operações de captação no Mercado

BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

No exercício encerrado em 31/12/2018, do total de despesas de R\$ 2.019,3 milhões, 44,7% são provenientes dos depósitos a prazo, ou seja, R\$ 903,5 milhões. Com relação a igual período de 2017, a despesa apresentou uma redução de 16,0%. A redução nos períodos é justificada, basicamente, pela redução da taxa Selic.

Operações de empréstimos e repasses

Nossas operações de empréstimos e repasses, que consistiam inteiramente de nossos empréstimos com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, variaram de despesas de R\$ 1,5 milhão em 2017 a zero em 2018, principalmente devido a despesas de juros associadas a esse empréstimo que foram pagas antecipadamente em outubro de 2017.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

As despesas relacionadas à provisão para perdas aumentaram em R\$ 20,6 milhões, ou 1,8%, de R\$ 1.119,8 milhões em 2017 para R\$ 1.140,4 milhões em 2018, principalmente em função de um aumento nos volumes da carteira de crédito, além de reforçar o provisionamento nas carteiras em *run-off*, principalmente empréstimos imobiliários para incorporadoras. O volume de empréstimos de varejo classificados como AA a C aumentou de 88,7% de nossa carteira de crédito total em 2017 para 90,3% de nossa carteira de crédito total em 2018.

Resultado bruto da intermediação financeira

Como resultado do exposto anteriormente, nosso resultado bruto da intermediação financeira diminuiu em R\$ 315,7 milhões, ou 7,4%, de R\$ 4.255,4 milhões em 2017 para R\$ 3.939,7 milhões em 2018.

Receitas de prestação de serviços

A receita de prestação de serviços diminuiu R\$ 25,6 milhões, ou 6,4%, de R\$ 403,2 milhões em 2017 para R\$ 377,6 milhões em 2018, devido a uma redução de R\$ 23,6 milhões nas rendas de intermediação de negócios, como resultado de taxas reduzidas de gastos com cartão de crédito e uma redução de R\$ 7,3 milhões na receita de operações de crédito, resultante de uma menor originação no financiamento de veículos. Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo aumento de R\$ 4,7 milhões na receita proveniente da administração de consórcio, devido ao aumento nas vendas.

Despesas de pessoal

A redução de 9,2% no exercício de 2018 em relação ao exercício de 2017 está associada à otimização de estrutura do PAN e à descontinuidade de algumas linhas de negócios.

Outras despesas administrativas

A diminuição de R\$ 323,0 milhões, ou 15,5%, de R\$ 2.086,0 milhões em 2017 para R\$ 1.763,0 milhões em 2018, deve-se a uma redução de R\$ 197,8 milhões em comissões pagas a correspondentes bancários, como resultado de uma redução no volume de originação de crédito no período, uma queda de R\$ 70,6 milhões nas despesas com serviços de terceiros e uma redução de R\$ 33,0 milhões nas despesas com serviços do sistema financeiro.

Despesas tributárias

Contempla as despesas com PIS, COFINS, ISS e outros impostos e taxas, a redução de R\$ 47,7 milhões ou 21,7%, de R\$ 220,0 milhões em 2017 para R\$ 172,3 milhões em 2018, está relacionada a uma redução no valor de PIS, COFINS e ISS pago como resultado de uma diminuição do faturamento da instituição no período.

Outras receitas operacionais

Outras receitas operacionais aumentaram R\$ 64,9 milhões, ou 24,7%, de R\$ 262,6 milhões em 2017 para R\$ 327,5 milhões em 2018, devido ao aumento de R\$ 70,3 milhões na recuperação de encargos e despesas, principalmente em função de maiores ressarcimentos com custos operacionais de contratos portados e recuperação de créditos de PIS e COFINS.

Outras despesas operacionais

A redução de 11,6% para R\$ 1.810,5 milhões nas outras despesas operacionais está relacionada principalmente a diminuição de provisões trabalhistas e cíveis em relação ao exercício de 2017, quando houve um reforço destas provisões em razão da revisão e melhoria dos modelos das contingências.

Resultado não operacional

O PAN encerrou o exercício de 2018 com um resultado não operacional negativo de R\$ 21,4 milhões, ante um resultado positivo de R\$ 152,3 milhões no exercício de 2017. Em outubro de 2017 o PAN alienou a

BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

totalidade das ações que detinha na Stone Pagamentos S.A. por R\$ 229,0 milhões o que gerou um resultado bruto de R\$ 183,4 milhões.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A tabela a seguir apresenta os principais componentes da despesa de imposto de renda e contribuição social para os períodos findos em 31/12/2018 e 31/12/2017.

Imposto de renda e contribuição social – R\$ milhões	31/12/2018	31/12/2017
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	456,9	253,3
Encargos/créditos total do imposto de renda e contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes	(213,6)	(224,6)
Participação em controladas	11,6	(1,3)
Cessão de crédito tributário ⁽¹⁾	-	102,5
Outros valores	(33,4)	(19,7)
Resultado de imposto de renda e contribuição social	(235,4)	(40,7)

(1) Em 29/08/2017, ao amparo da Medida Provisória (MP) nº 783/17, o Banco PAN celebrou contrato de cessão onerosa ao BTG Pactual de créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL não ativados no montante de R\$ 410,0 milhões. A transação foi realizada pelo valor de R\$ 102,5 milhões, os quais foram registrados contabilmente no momento da cessão.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO – R\$ milhões	31/12/2017	31/12/2016	Variação
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	7.780,3	6.555,5	18,7%
Rendas de operações de crédito	7.779,4	6.922,9	12,4%
Resultado de operações de arrendamento mercantil	0,9	2,4	-59,8%
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	287,2	463,4	-38,0%
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(305,6)	(831,9)	-63,3%
Resultado de operação de câmbio	18,5	(1,2)	-
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(3.524,9)	(3.589,5)	-1,8%
Operações de captação no mercado	(2.403,6)	(2.487,3)	-3,4%
Operações de empréstimos e repasses	(1,5)	16,2	-109,3%
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.119,8)	(1.118,4)	0,1%
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	4.255,4	2.966,0	43,5%
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(4.154,4)	(3.349,9)	24,0%
Receitas de prestação de serviços	403,2	489,4	-17,6%
Resultado de equivalência patrimonial	(3,0)	33,2	-109,0%
Despesas de pessoal	(463,6)	(508,8)	-8,9%
Outras despesas administrativas	(2.086,0)	(2.072,5)	0,7%
Despesas tributárias	(220,0)	(235,1)	-6,4%
Outras receitas operacionais	262,6	205,0	28,1%
Outras despesas operacionais	(2.047,7)	(1.261,0)	62,4%
RESULTADO OPERACIONAL	101,0	(383,9)	-126,3%

BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

RESULTADO NÃO OPERACIONAL	152,3	(66,5)	-329,0%
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O RESULTADO	253,3	(450,4)	-156,2%
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(40,7)	213,7	-119,1%
Provisão para imposto de renda	(1,4)	23,1	-106,0%
Provisão para contribuição social	(0,6)	(7,2)	-92,3%
Ativo fiscal diferido	(38,8)	197,2	-119,6%
LUCRO LÍQUIDO	212,6	(237,2)	-189,6%

Receitas de Intermediação Financeira

As receitas da intermediação financeira aumentaram de R\$ 6.555,5 milhões em 2016 para R\$ 7.780,3 milhões em 2017 primordialmente em razão da maior contribuição das rendas de operações de crédito que somaram R\$ 7.779,4 milhões no exercício de 2017 frente aos R\$ 6.922,9 milhões do exercício de 2016. As receitas de operações de leasing reduziram R\$ 1,5 milhão ou 59,8% de R\$ 2,4 milhões em 2016 para R\$ 0,9 milhão em 2017, principalmente devido a redução de 87,2% no volume da nossa carteira de leasing

O resultado com operações com títulos e valores mobiliários reduziram R\$ 176,2 milhões, ou 38,0%, de R\$ 463,4 milhões em 2016 para R\$ 287,2 milhões em 2017, a queda foi devido a redução de 30,4% na receita de títulos de renda fixa, de R\$ 302,3 milhões em 2016 para R\$ 210,5 milhões em 2017, como resultado de 49,1% na queda da taxa Selic.

A despesa com instrumentos financeiros derivativos reduziu R\$ 526,3 milhões, ou 63,3%, passando de R\$ 831,9 milhões em 2016 para R\$ 305,6 milhões em 2017, o ganho foi devido a carteira de crédito que são objetos de hedge contábil.

O resultado com operações de câmbio variou de uma perda de R\$ 1,2 milhão em 2016 para um ganho de R\$ 18,5 milhões em 2017, principalmente devido a 43,9% de redução nas despesas com variação de taxa de câmbio, de R\$ 187,2 milhões em 2016 para R\$ 105,0 milhões em 2017, como resultado de baixo volume nas operações da carteira que se encontra em *run-off*. Essa redução das operações descontinuadas de R\$ 62,5 milhões são basicamente uma redução nas receitas de financiamento à exportação em nossa carteira de crédito em 2017.

Nossas operações de empréstimo e repasses, que consiste em empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), variou de uma receita de R\$ 16,2 milhões em 2016 para uma despesa de R\$ 1,5 milhão em 2017, principalmente devido a variação positiva na taxa de câmbio em 2016.

Despesas de Intermediação Financeira

Nossas despesas da intermediação financeira diminuíram em R\$ 64,6 milhões, ou 1,8%, de R\$ 3.589,5 milhões em 2016 para R\$ 3.524,9 milhões em 2017.

Operações de captação no Mercado

As despesas relacionadas ao nosso resultado com operações de captação no mercado diminuíram R\$ 83,7 milhões, principalmente devido a uma redução de R\$ 371,9 milhões nas despesas com juros em depósitos interfinanceiros como resultado de uma redução de 23,8%, esse efeito foi compensado em parte por maiores despesas com depósitos a prazo que tiveram um volume saindo de R\$ 2.514,1 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 4.900,0 milhões em 31 de dezembro de 2017, o que fez com que a despesa aumentasse 94,9% no período.

Operações de empréstimos e repasses

No exercício encerrado em 31/12/2017, as rendas de empréstimos e repasses registraram um valor negativo de R\$ 1,5 milhão, uma diminuição de R\$ 17,8 milhões com relação a igual período de 2016, essa variação foi devido a liquidação antecipada de empréstimo junto ao Banco Inter-Americano de Desenvolvimento em 15/08/2017 no montante de R\$ 66,6 milhões e em 01/11/2017 no montante de R\$ 65,9 milhões.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

As despesas relacionadas à nossa provisão para créditos de liquidação duvidosa permaneceram estáveis no período, apresentando um leve aumento de R\$ 1,4 milhão, ou 0,1%, de R\$ 1.118,4 milhões em 2016 para R\$ 1.119,8 milhões em 2017, no mesmo período a nossa carteira de crédito passou de R\$ 18.917,6 milhões em 2016 para R\$ 18.367,1 milhões em 2017, o aumento no índice de provisão é decorrente do momento econômico que o país atravessava no período.

Resultado bruto da intermediação financeira

Como resultado do exposto, nosso resultado bruto da intermediação financeira aumentou em R\$ 1.289,4 milhões, ou 43,5%, de R\$ 2.966,0 milhões em 2016 para R\$ 4.255,4 milhões em 2017.

Receitas de prestação de serviços

A redução de 17,6% para R\$ 403,2 milhões em 2017 comparado a 2016, foi originada essencialmente pelo menor volume de negócios no produto veículos que impactou diretamente as rendas com tarifas bancárias. No primeiro trimestre de 2017, o PAN se reposicionou neste segmento deixando de conceder financiamentos de veículos em concessionárias para veículos novos.

Resultado de equivalência patrimonial

A variação do resultado de equivalência patrimonial que saiu de um resultado positivo em 2016 no montante de R\$ 33,2 milhões para um resultado negativo de R\$ 3,0 milhões em 2017, deve-se basicamente por ganho de capital de R\$ 32,3 milhões em 2016 como resultado do aumento de capital efetuado na Stone Pagamentos S.A., que por sua vez, aumentou o valor do investimento detido pelo Banco PAN. Em outubro de 2017 o Banco PAN vendeu a totalidade de sua participação na Stone Pagamentos S.A..

Despesas de pessoal

As despesas com pessoal em 2017 foram 8,9% menores comparadas com 2016, totalizando R\$ 463,6 milhões. O PAN otimizou sua estrutura de custos reduzindo o quadro de colaboradores, entre outras medidas.

Outras despesas administrativas

As despesas administrativas totalizaram R\$ 2.086,0 milhões no exercício de 2017, praticamente estável frente aos R\$ 2.072,5 milhões do exercício de 2016 com um aumento de 0,7%, principalmente em função do aumento em serviços de terceiros e processamento de dados. Esses efeitos foram compensados por R\$ 56,0 milhões de redução em despesas de comissões como resultado de menores volumes originados, em compliance com a Circular do BACEN nº 3.738/14 a qual requisita que 2/3 das comissões originadas sejam em 2016 lançadas como despesas.

Despesas tributárias

Contempla as despesas com PIS, COFINS, ISS e outros impostos e taxas, apresentou no período uma redução de R\$ 15,1 milhões ou 6,4%, passando de R\$ 235,1 milhões em 2016 para R\$ 220,0 milhões em 2017, a redução está basicamente atrelada a despesa de ISS que reduziu em R\$ 12,1 milhões, resultado de otimizações de estrutura interna de serviços que eram realizadas por algumas de nossas empresas controladas e passaram a ser realizadas diretamente pelo Banco PAN.

Outras receitas operacionais

O aumento das outras receitas operacionais em R\$ 57,7 milhões, 28,1% no período analisado é decorrente principalmente de:

- ✓ recuperação de encargos e despesas: em 2017 apresentou um resultado de R\$ 137,3 milhões e em 2016 de R\$ 100,0 milhões, um crescimento de R\$ 37,3 milhões; e
- ✓ variações monetárias ativas e cambiais: aumento de R\$ 23,5 milhões, que totalizou em 2017 R\$ 77,8 milhões e em 2016 R\$ 54,3 milhões.

Outras despesas operacionais

O aumento das outras despesas operacionais está pulverizado entre as despesas com:

- ✓ operações de cessão de crédito: aumento de R\$ 763,6 milhões, chegando a R\$ 1.268,7 milhões em 2017 ante R\$ 505,1 milhões em 2016, o aumento dessa despesa é decorrente do alto número de portabilidades sofridas pela instituição em 2017;

BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

- ✓ constituição de provisões: aumento de R\$ 187,7 milhões, chegando a R\$ 533,7 milhões em 2017 ante R\$ 346,0 milhões em 2016, é fruto de revisões em nossos modelos, estimativas de provisões de contingências cíveis e trabalhistas, e assim, reforçando cada vez mais o balanço do banco; e
- ✓ variações monetárias passivas e cambiais: redução de R\$ 148,7 milhões, chegando a R\$ 58,5 milhões em 2017 ante R\$ 207,2 milhões em 2016.

Resultado não operacional

O PAN encerrou o exercício de 2017 com um resultado não operacional positivo de R\$ 152,3 milhões ante um resultado negativo de R\$ 66,5 milhões em 2016. A variação positiva de R\$ 218,8 milhões, decorreu substancialmente da alienação da participação detida na Stone Pagamentos S.A. em outubro de 2017 pelo valor de R\$ 229,0 milhões, gerando um resultado bruto de R\$ 183,4 milhões.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A tabela a seguir apresenta os principais componentes da despesa de imposto de renda e contribuição social para os períodos findos em 31/12/2017 e 31/12/2016.

Imposto de renda e contribuição social – R\$ milhões	31/12/2017	31/12/2016
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	253,3	(450,4)
Encargos/créditos total do imposto de renda e contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes	(224,6)	203,0
Participação em controladas	(1,3)	14,9
Cessão de crédito tributário ⁽¹⁾	102,5	-
Outros valores	(19,7)	(4,7)
Resultado de imposto de renda e contribuição social	(40,7)	213,2

- (1) Em 29/08/2017, ao amparo da Medida Provisória (MP) nº 783/17, o Banco PAN celebrou contrato de cessão onerosa ao BTG Pactual de créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL não ativados no montante de R\$ 410,0 milhões. A transação foi realizada pelo valor de R\$ 102,5 milhões, os quais foram registrados contabilmente no momento da cessão.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Não ocorreram variações significativas nas receitas, bem como em nosso resultado financeiro, atribuíveis a modificação de preços dos nossos principais insumos e produtos, taxas de câmbio, inflação, alteração de volumes ou introdução de novos produtos e serviços, nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

Durante os períodos de altas taxas de juros, a receita financeira dos ativos pós-fixados aumenta. Ao mesmo tempo, nossa despesa financeira com passivos pós-fixados também aumenta. A dinâmica oposta vale para períodos de baixas taxas de juros. Os ativos e passivos pré-fixados não são influenciados se carregados na curva. Mudanças nos volumes de nossos ativos e obrigações sobre as quais incidem juros também afetam nossas receitas e despesas financeiras.

Com relação à inflação e taxa de câmbio, não há impacto relevante para o Banco PAN decorrente de variações, em função da natureza das suas operações.

10.3 - Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve alterações relevantes a serem citadas.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

Reorganização Societária do Conglomerado PAN – 2017

Em 28 de dezembro de 2017, a empresa Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária foi incorporada pelo Banco PAN (aprovado pelo BACEN em 16/11/2017).

Stone

Em 31 de outubro de 2017 o Banco PAN concluiu a alienação da participação societária que a Companhia detinha na Stone Pagamentos S.A. ("Stone"), mediante assinatura de Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças com a DLP Pagamentos Brasil S.A. ("DLP"). A Companhia alienou à DLP um total de 480.311 (quatrocentos e oitenta mil e trezentas e onze) ações ordinárias, correspondente a 10,10% (dez inteiros e dez centésimos por cento) do capital social da Stone, pelo valor total de R\$ 229 milhões.

(c) eventos ou operações não usuais

Cessão onerosa de créditos tributários não ativados

Em 29 de agosto de 2017, ao amparo da Medida Provisória (MP) nº 783/17, a Companhia celebrou contrato de cessão onerosa ao BTG Pactual de créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL não ativados no montante de R\$ 410 milhões. A transação foi realizada pelo valor de R\$ 102,5 milhões, os quais foram registrados contabilmente no momento da cessão.

Aumentos de Capital

Conforme informado nos itens anteriores, o Banco PAN recebeu dois aumentos de capital: R\$ 400 milhões homologado em 2018 e R\$ 521,8 milhões homologado em 2020 pelo BACEN.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfase no parecer do auditor

(a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Não houve mudanças de práticas contábeis significativas no período.

(b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve.

(c) ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Os relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis do Banco PAN nos últimos três exercícios sociais foram emitidos sem ressalvas e ênfases.

Em relação às informações contábeis do Banco PAN de 31 de dezembro de 2019 foi emitido um relatório de revisão com os principais assuntos de auditoria, vide abaixo:

Provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD

Porque é um PAA

O Banco PAN S.A. e suas controladas atuam substancialmente no setor do varejo, conforme divulgado na nota explicativa 1. A determinação do valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD") continua exigindo julgamento por parte da Administração na determinação de premissas e critérios utilizados.

O processo estabelecido considera as normas e instruções determinadas pelo CMN e BACEN, associados ao julgamento e premissas utilizadas pela Administração para determinação do risco de crédito. Tendo em vista esses aspectos, esta área continua sendo foco em nossa avaliação.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos principais procedimentos de auditoria considerou o entendimento dos controles relevantes relacionados a apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa que tratam da integridade da base de dados; processamento, contabilização das provisões e divulgações em notas explicativas.

Adicionalmente, testamos a conciliação dos saldos contábeis com a posição analítica, bem como recalculamos, em base de testes, a PCLD com base na política estabelecida que inclui, entre outros aspectos, considerações em relação aos níveis de risco e atraso das operações conforme normas aplicáveis.

BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

Consideramos que as premissas e critérios adotados pela Administração são razoáveis e consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações contábeis.

Ambiente de tecnologia da informação

Porque é um PAA

O Banco PAN e suas controladas operam em um ambiente de negócio no qual a estrutura de tecnologia de informação é crítica para o desenvolvimento de suas operações e a continuidade de seus processos de negócios, os quais envolvem o processamento de um elevado número de transações diariamente, além de diversos processos para gestão de acessos e segurança da informação.

Os riscos relativos aos processos de tecnologia da informação que suportam as transações nos diferentes sistemas legados, podem, eventualmente, resultar em informações críticas incorretas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis.

Em função desses aspectos, essa continua sendo uma área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, com o auxílio de nossos especialistas de sistemas, entendemos e testamos os controles gerais relevantes de tecnologia e segurança da informação, relacionados aos processos de gerenciamento e desenvolvimento de mudanças sistêmicas, segurança de acessos a programas e banco de dados, segurança física do centro de processamento de dados, incluindo os controles compensatórios, quando necessários.

Também testamos os controles automatizados ou as informações dependentes de tecnologia, restrições de acessos e segregações de funções relacionados aos processos relevantes para a preparação das demonstrações contábeis.

Os resultados de nossos procedimentos nos proporcionaram evidência razoável de auditoria com relação ao ambiente de tecnologia da informação relacionado com o processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Créditos Tributários

Porque é um PAA

O Banco PAN e suas controladas apresentam créditos tributários no total de R\$ 3,4 bilhões, provenientes de adições temporárias nas bases de cálculo do Imposto de Renda – Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas, reconhecidos com base em projeção de lucros tributários para a realização desses créditos tributários. Essa projeção, preparada a partir de estudo do cenário atual e futuro pela Administração do Banco, envolve julgamentos e premissas subjetivas.

Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas na projeção do lucro tributário poderia modificar significativamente os prazos e valores previstos para realização dos créditos tributários, bem como deixar de atender aos requisitos do CMN e BACEN para registro e manutenção desses ativos nas demonstrações contábeis.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos principais procedimentos de auditoria considerou o entendimento dos processos de apuração e registro nos termos das normas fiscais e contábeis relacionadas aos créditos tributários incluindo os requisitos específicos do CMN e BACEN, bem como o entendimento das premissas relevantes estabelecidas pela Administração para a estimativa de projeção de lucros tributários para realização dos créditos tributários.

Comparamos as premissas utilizadas pelo Banco PAN e suas controladas para projeção de lucros tributários com as projeções orçamentárias aprovadas pelo Conselho de Administração e com as projeções macroeconômicas divulgadas no mercado, bem como analisamos os dados históricos para corroborar a consistência dessas estimativas de realização.

Consideramos que as premissas e critérios adotados pela Administração são razoáveis em relação ao registro, manutenção e realização do crédito tributário.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Títulos e valores mobiliários:

Os títulos e valores mobiliários são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e apresentados no balanço patrimonial, conforme Circular BACEN nº 3.068/2001. São classificados nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação – são títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda – são títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado do período, quando efetivamente realizados; e

Títulos mantidos até o vencimento – são títulos e valores mobiliários para os quais há intenção ou obrigação e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Instrumentos financeiros derivativos:

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos pelas operações de contratos futuros, swap e termo. São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (hedge) ou não. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e a Carta-Circular BACEN nº 3.026/02.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas a valor de mercado, contabilizando-se sua valorização ou desvalorização em contas de resultado. Para os instrumentos financeiros derivativos considerados como hedge de risco de mercado, também são registrados ganhos ou perdas no resultado, realizados ou não realizados, dos ativos e passivos financeiros objeto de hedge.

O Banco PAN utiliza instrumentos financeiros derivativos prioritariamente como hedge para compensar variações desfavoráveis de valor de mercado nas posições assumidas.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos e dos respectivos objetos de hedge é apurado utilizando-se das informações de mercado disponíveis, principalmente os preços e as taxas divulgados pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"). Quando aplicáveis, são utilizados modelos matemáticos de interpolação de taxas para os prazos intermediários e de extrapolação de taxas para os prazos superiores.

Para a apuração do valor de mercado dos contratos de swap, foi utilizado o fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pelas curvas de juros futuros, obtidas com base em informações da B3.

O processo de marcação a mercado para os contratos futuros, tais como os contratos de juros (DI 1 dia), câmbio (DOL) e cupom cambial (DDI) é definido pelo preço de mercado em formato de Preço Único (PU) que é divulgado diariamente pela B3. A partir deste preço, os valores dos ajustes diários são registrados e contabilizados no ativo ou no passivo, sendo apropriados diariamente ao resultado como receita ou despesa.

As operações com instrumentos financeiros derivativos (contratos futuros, termo de moeda e swap) são custodiadas na B3. Os diferenciais a receber e a pagar, dos instrumentos financeiros derivativos, ativos e passivos, são registrados nas respectivas contas patrimoniais de "instrumentos financeiros derivativos" em contrapartida às respectivas contas de "resultado com instrumentos financeiros derivativos" e os valores nominais dessas operações são registrados em contas de compensação.

Operações de crédito:

BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

As operações de crédito, arrendamento mercantil, adiantamento sobre contratos de câmbio, recebíveis imobiliários e outros créditos com características de concessão de crédito, são registradas a valor presente, calculadas "pro-rata-dia" com base na variação do indexador e na taxa de juros, até o 59º dia de atraso.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682/99, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). Adicionalmente, também são considerados, para atribuição dos níveis de riscos dos clientes os períodos de atraso definidos na referida Resolução, assim como a contagem em dobro para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial do Banco.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente à renegociação. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa de operação de crédito ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança de níveis de risco, poderá ocorrer a reclassificação de operação para categoria de menor risco.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e considera as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa relativa às operações de crédito cedidas com retenção substancial de riscos e benefícios é calculada de acordo com as mesmas diretrizes estabelecidas pelo BACEN para as operações de crédito ativas.

Operações de venda ou transferência de ativos financeiros:

A partir de 01/01/2012, conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533/08, as operações de venda ou transferência de ativos financeiros são classificadas e registradas conforme segue:

- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com transferência substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:

Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto de venda ou de transferência é baixado do título contábil utilizado para registro da operação original. O resultado positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do período de forma segregada; e

Em operações de compra de ativos, o ativo financeiro adquirido é registrado pelo valor pago, em conformidade com a natureza da operação original.

- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com retenção substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:

Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência permanece, na sua totalidade, registrado no ativo. Os valores recebidos na operação são registrados no ativo, tendo como contrapartida o passivo referente à obrigação assumida e as receitas/despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação; e

BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

Em operações de compra de ativos, os valores pagos na operação são registrados no ativo como direito a receber e as receitas são apropriadas ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação.

Outros valores e bens:

Compostos, basicamente, por bens não de uso próprio e despesas antecipadas. Os bens não de uso próprio, correspondem a bens reintegrados ou recebidos em dação de pagamento disponíveis para venda, os quais são ajustados por meio da constituição de provisão para desvalorização, quando aplicável, calculada com base na perda histórica de bens não de uso alienados. As despesas antecipadas correspondem a aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo tais gastos apropriados ao resultado no período da geração destes benefícios.

Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo):

As provisões para imposto de renda e contribuição social, quando devidos, são constituídas com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, as quais são revistas periodicamente considerando estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment):

Os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. Caso uma perda seja detectada, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, que é apurado da seguinte forma:

- i. Potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas; ou
- ii. Valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa.

Unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos.

Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias):

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, sendo os principais critérios os seguintes:

- Ativos Contingentes – não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de sua realização;
- Provisões – são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis ou remotas, devendo ser apenas, divulgados em notas explicativas, quando relevantes; e
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se as demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, que independentemente de avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

Uso de estimativas contábeis:

BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

A preparação das demonstrações contábeis exige que a administração efetue estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) a estimativa dos créditos tributários ativados; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado e amortizações de intangíveis; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes das ações cíveis, trabalhistas ou tributárias; (iv) provisões para perdas em bens não de uso; (v) perda ao valor recuperável de ativos não financeiros e (vi) estimativa do valor justo de certos instrumentos financeiros. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações contábeis

Não existem outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações contábeis do Banco PAN.

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações contábeis

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações contábeis do emissor

Não aplicável.

(b) Natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável.

10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. Investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos:

Os investimentos realizados pelo Banco PAN têm por objetivo o desenvolvimento dos sistemas e plataformas de tecnologia, aliados à contratação de profissionais de destaque em suas áreas de atuação, para melhoria dos processos internos reestruturação dos serviços prestados e aprimoramento dos produtos oferecidos.

Através da Conta Digital, o Banco PAN irá ampliar a oferta de produtos de crédito e serviços para as classes C, D e E amparado pela vasta experiência em crédito para essas classes.

Além disso, o Banco seguirá investindo em tecnologia e inovação para simplificação de seus processos, para avançar na estratégia de expansão de suas plataformas digitais omnichannel de formalização sem papel e sem limitações físicas nos produtos de empréstimo consignado, financiamento de veículos e cartão de crédito, além do contínuo aprimoramento da conta digital, que inclui diversos serviços, como, um pacote mensal gratuito de transferências, saques na Rede 24 horas, depósitos via boletos, pagamentos de contas, além de diversos produtos de créditos, entre outros.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos mencionados acima serão financiados através de recursos próprios.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não existem desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

**BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879**

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

O Plano de Negócios não contempla a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que possam influenciar materialmente na capacidade produtiva do Banco PAN.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Vide item 10.8, alínea "a", item i

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Vide item 10.8, alínea "a", item i

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Vide item 10.8, alínea "a", item i

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

10.9. Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Durante os 3 últimos exercícios sociais, o PAN não efetuou investimentos relevantes em quaisquer outros fatores que pudessem influenciar de forma relevante o desempenho operacional da Companhia além dos já citados nos itens anteriores.

ANEXO II

Destinação de lucro líquido da Companhia, conforme previsto no artigo 9º, parágrafo único, inciso II da Instrução CVM nº 481/09

1. Informar o lucro/prejuízo líquido do exercício.

Em 31 de dezembro de 2019, o Banco PAN apresentou lucro acumulado de R\$ 515,9 milhões no balanço individual e consolidado.

Em 31 de dezembro de 2018, o Banco PAN apresentou lucro acumulado de R\$ 221,5 milhões no balanço individual e consolidado.

Em 31 de dezembro de 2017, o Banco PAN apresentou lucro acumulado de R\$ 212,6 milhões no balanço individual e consolidado.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.

No que diz respeito ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi deliberado o pagamento de Juros Sobre Capital próprio ("JCP"), no valor bruto de R\$ 198.000.000,00, pagos em 28 de fevereiro de 2020, os quais serão imputados, *ad referendum* da próxima Assembleia Geral Ordinária do Banco PAN ("AGO"), aos dividendos mínimos obrigatórios do mesmo exercício. Adicionalmente, foi proposto pelo Conselho de Administração, *ad referendum* da próxima AGO, o pagamento de dividendos no valor de R\$ 3.248.438,04.

Com relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foi realizada distribuição de JCP, imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do mesmo exercício, no montante de R\$ 86.714.635,96.

Em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, houve distribuição de JCP, imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício, no montante de R\$ 69.799.999,92, pagos em novembro de 2018.

A tabela a seguir demonstra o total de dividendos e JCP pagos e/ou provisionados, relativamente aos exercícios de 2019, 2018 e 2017.

Descrição	Valor R\$mil	Valor por Ação ON		Valor por Ação PN	
		Bruto	Líquido de IRRF	Bruto	Líquido de IRRF
JCP pagos em 28/02/2020	198.000	0,164307700	0,139661545	0,164307700	0,139661545
Dividendos a serem pagos em 15/05/2020 mediante deliberação em AGO	3.248	0,00269567366	0,00269567366	0,00269567366	0,00269567366
JCP pagos em junho de 2019	86.715	0,075945149	0,064553377	0,075945149	0,064553377
JCP pagos em novembro de 2018	69.800	0,061131219	0,051961536	0,061131219	0,051961536

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído.

A tabela a seguir demonstra o percentual do lucro líquido a ser distribuído referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Descrição	Valor R\$mil	Percentual ¹
Lucro Líquido do Exercício de 2019	515.935	-
Resultado antes da reserva legal	515.935	

BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

(-) Reserva Legal	(25.797)	-
Base de Cálculo	490.138	-
Juros sobre o capital próprio (bruto) provisionados	198.000	-
Imposto retido na fonte sobre os juros sobre o capital próprio	(29.700)	-
Juros sobre o capital próprio (líquido)	168.300	-
Dividendos propostos	3.248	-
Juros sobre o capital próprio (líquido) e dividendos	171.548	35,0

¹ Percentual dos JCP sobre a base de cálculo.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.

Exercício de 2018 Descrição	Valor R\$mil	Valor por Ação ON		Valor por Ação PN	
		Bruto	Líquido de IRRF	Bruto	Líquido de IRRF
JCP pagos em junho de 2019	86.715	0,075945149	0,064553377	0,075945149	0,064553377

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Não haverá distribuição de dividendos ou JCP, além do declarado nos itens anteriores.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Conforme descrito no item 2 deste documento.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Não houve pagamento de atualização ou juros em relação aos proventos pagos pelo Banco PAN referente aos exercícios anteriores, assim como também não será aplicável para a proposta de dividendos, referente ao exercício de 2019, que será deliberada na próxima AGO do Banco PAN.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Conforme descrito no item 2 deste documento.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Não aplicável.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Não aplicável.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Classe ação	2019 - R\$mil	2018 - R\$mil	2017 - R\$mil
ON	281.529	127.570	122.439
PN	234.406	93.945	90.167
Total	515.935	221.515	212.606

b. Dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos nos 3 (três) exercícios anteriores

BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

Classe ação	2019 - R\$mil	2018 - R\$mil	2017 - R\$mil
ON	109.815	49.939	40.197
PN	91.433	36.776	29.603
Total	201.248	86.715	69.800

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal:

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

Em 31 de dezembro de 2019, foi constituída reserva legal no montante de R\$ 25,8 mil.

Em 31 de dezembro de 2018, foi constituída reserva legal no montante de R\$ 11,1 mil.

Em 31 de dezembro de 2017, foi constituída reserva legal no montante de R\$ 8,9 mil e foi realizada a absorção de prejuízo acumulado no montante de R\$ 34,3 mil.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Nos termos de seu estatuto social, o Banco PAN deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital social do Banco PAN. Nos termos do artigo, 193, §1º, da Lei nº 6.404/76, o Banco PAN poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos:

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Nos termos de seu estatuto social, o Banco PAN destinou 35% do lucro líquido ajustado referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para o pagamento de JCP a serem imputados aos dividendos obrigatórios, *ad referendum* da próxima AGO.

Nos termos de seu estatuto social, o Banco PAN destinou 35% do lucro líquido ajustado referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para o pagamento de JCP, que foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios.

Nos termos do estatuto social, o PAN destinou 35% do lucro líquido ajustado referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para o pagamento de JCP, que foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos
Sim.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

O Banco PAN possui apenas uma classe de ações preferenciais, para a qual será pago o valor global de R\$ 91,4 milhões.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

O Banco PAN possui apenas uma classe de ações preferenciais, para a qual foi pago o valor de R\$ 0,1643077 por ação, a título de JCP a serem imputados aos dividendos mínimos obrigatórios e também o valor de R\$ 0,00269567366 por ação a título de dividendos a ser deliberado na próxima AGO.

10. Em relação ao dividendo obrigatório:

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Nos termos de seu estatuto social, o Banco PAN deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital social do Banco PAN. Nos termos do artigo, 193, §1º, da Lei nº 6.404/76, o Banco PAN poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Sim.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não aplicável.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia:

a. Informar o montante da retenção

Não aplicável.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável.

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências:

a. Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável.

c. Explicar porque a perda foi considerada provável

Não aplicável.

d. Justificar a constituição da reserva

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar:

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

O montante de reserva de lucros no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 558,0 mil.

b. Informar a natureza dos lucros não realizados que deram origem à reserva

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias:

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Tem por fim assegurar recursos para atender as necessidades regulatórias e operacionais de valor de patrimônio líquido do Banco PAN, podendo ser convertida em capital social por deliberação do Conselho de Administração, observado o limite do capital autorizado, e poderá ser formada de acordo com proposta do Conselho de Administração, com até 100% do lucro líquido que remanescer após as destinações dos lucros apurados anualmente, não podendo ultrapassar o valor do capital social da Companhia.

b. Identificar o montante destinado à reserva

Em 31 de dezembro de 2019, foi realizada a constituição de reserva de lucros no montante de R\$ 314,7 milhões, sendo R\$ 25,8 milhões de reserva legal e R\$ 288,9 milhões de reserva para integridade do Patrimônio Líquido.

Em 31 de dezembro de 2018, foi realizada a constituição de reserva de lucros no montante de R\$ 134,8 milhões, sendo R\$ 11,1 milhões de reserva legal e R\$ 123,7 milhões de reserva para integridade do Patrimônio Líquido.

Em 31 de dezembro de 2017, foi realizada a absorção do prejuízo do exercício anterior no montante de R\$ 34,3 milhões e constituição de reserva de lucros no montante de R\$ 108,5 milhões, sendo R\$ 8,9 milhões de reserva legal e R\$ 99,6 milhões de reservas para integridade do Patrimônio Líquido.

BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

c. Descrever como o montante foi calculado

Em 31 de dezembro de 2019, o montante transferido para a Reserva de Lucros consiste no resultado do período, menos a Reserva Legal, menos a provisão para pagamento de JCP e dividendos.

Em 31 de dezembro de 2018, o montante transferido para a Reserva de Lucros consiste no resultado do período, menos a Reserva Legal, menos a provisão para pagamento de JCP.

Em 31 de dezembro de 2017, o montante transferido para a Reserva de Lucros consiste no resultado do período, menos a absorção do prejuízo, menos a Reserva Legal, menos a provisão para pagamento de JCP.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital:

a. Identificar o montante da retenção

Não aplicável.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não aplicável.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais:

a. Informar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

b. Explicar a natureza da destinação

Não aplicável.

ANEXO III

Comentários sobre a indicação de membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia, nos termos do Item 12 do Formulário de Referência da Instrução CVM nº 480/09

12.5. Em relação a cada um dos administradores, indicar:

CONSELHO FISCAL

Membros indicados pelos acionistas detentores de ações preferenciais

a. nome	Peter Edward Cortes Marsden Wilson
b. data de nascimento	5/2/1972
c. profissão	Administrador
d. CPF ou número do passaporte	168.126.648-20
e. cargo eletivo ocupado	Membro Efetivo do Conselho Fiscal
f. data de eleição	30/4/2020
g. data da posse	-
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2021
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não há
j. se foi eleito pelo controlador ou não	Não
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não aplicável
l. número de mandatos consecutivos	2 (dois)
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
• nome e setor de atividade da empresa	B2W S.A.; Grafisa S.A.; Riachuelo S.A.; Banco Mercantil do Brasil S.A.; Renova Energias; BRADESPAR S.A.; Heringer Fertilizantes S.A.; LOG-IN S.A.; Trisul S.A.; e Managrow Consultoria Estratégica em Finançass Ltda.;
• cargo	Membro do Conselho Fiscal da B2W S.A.; Membro do Conselho Fiscal da Gaisa S.A.; Membro do Conselho Fiscal da Riachuelo S.A.; Conselheiro Suplente de Administração do Banco Mercantil do Brasil S.A.; Membro do Conselho de Administração da Minupar S.A.; Membro do Conselho de Administração da Renova Energias Renováveis; Membro do Conselho Fiscal da BRADESPAR S.A.; Membro do Conselho Fiscal da Heringer Fertilizantes S.A.; membro do Conselho Fiscal da LOG-IN S.A.; Membro do Conselho Fiscal da Trisul S.A.; e Sócio da Managrow Consultoria Estratégia em Finanças Ltda.
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não há
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não há
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há

BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há
a. nome	Marcio Villas Boas Passos
b. data de nascimento	12/2/1971
c. profissão	Economista
d. CPF ou número do passaporte	911.779.797-72
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho Fiscal
f. data de eleição	30/4/2020
g. data da posse	-
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2021
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não há
j. se foi eleito pelo controlador ou não	Não
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não aplicável
l. número de mandatos consecutivos	2 (dois)
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
• nome e setor de atividade da empresa	<i>Invest Tech S.A.</i> – Gestora de Private Equity e Venture Capital; <i>CI&T</i> – Especialista em soluções digitais que lidera iniciativas complexas de inovação digital e crescimento em grandes empresas; <i>Thalassa Capital</i> – Consultoria estratégia e financeira; e <i>Gávea Investimentos</i> – Gestora de recursos de terceiros
• cargo	Diretor Executivo da <i>Invest Tech S.A.</i> , com foco em <i>Growth Equity</i> (Investimentos para alavancar crescimento de empresas); Membro Independente da <i>CI&T</i> , indicado pelo BNDES; Sócio da <i>Thalassa Capital</i> , com o foco em consultoria estratégia e financeira, para melhoria dos resultados operacionais e financeiros das empresas; e Sócio da <i>Gávea Investimentos</i> como responsável pelo departamento de Operações, Relações com Investidores, Execução de todos os documentos de captações e negociações dos termos de investimento e estruturas com os investidores.
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não há
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não há
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma	Não há

BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

atividade profissional ou comercial qualquer	
----------------------------------------------	--

Membros indicados pelos acionistas controladores

a. nome	Anibal Cardoso Joaquim
b. data de nascimento	6/12/1951
c. profissão	Contador
d. CPF ou número do passaporte	635.777.478-20
e. cargo eletivo ocupado	Membro Efetivo do Conselho Fiscal
f. data de eleição	30/4/2020
g. data da posse	-
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2021
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não há
j. se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não aplicável
l. número de mandatos consecutivos	0 (zero)
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
• nome e setor de atividade da empresa	Banco BTG Pactual S.A.
• cargo	Membro efetivo do Comitê de Auditoria
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Integra o grupo econômico do emissor
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Conselheiro Fiscal da Associação Casa de Macau
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não há
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor	Não há
b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor	Não há
c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor	Não há
d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	Não há

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social	Não há
b. controlador direto ou indireto do emissor	Não há
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas	Não há